

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

MANOELA DA COSTA NUNES

**"BANZEIRO ÒKÒTÓ": O PAPEL DO LIVRO-REPORTAGEM NA DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Porto Alegre
2023

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MANOELA DA COSTA NUNES

**"BANZEIRO ÒKÒTÓ": O PAPEL DO LIVRO-REPORTAGEM NA DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Juan Domingues

Porto Alegre

2023

MANOELA DA COSTA NUNES

"BANZEIRO ÒKÒTÓ": O PAPEL DO LIVRO-REPORTAGEM NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Juan Domingues

Prof. Dr. Fábio Canatta de Souza

Prof. Dra. Camila Garcia Kieling

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço as mulheres companheiras de minha vida. Minha mãe, Susana, que sempre me apoiou em cada decisão e me fortaleceu todos os dias para que eu chegasse até aqui. Eu, que escolhi o jornalismo para escrever histórias, guardo todas as histórias que ela me conta como um tesouro, para nunca esquecer que fui criada com forças que até hoje me pergunto de onde foram tiradas. Minha irmã mais nova, Melissa, que mesmo sendo a menor, cuida de mim e de nossa mãe nos momentos mais caóticos, em que não conseguimos, nós, as adultas, sustentar o peso da vida. Todo dia, ao vê-la, tenho esperança do futuro.

Também agradeço meu pai de coração, Daniel, que chegou no momento que eu mais precisava e que nunca me questionou das minhas escolhas, apenas as acolheu e as felicitou. Ele é um dos maiores sonhadores que conheço.

Agradeço, com todo meu coração, minhas amigas Marinah Nogueira e Sarah Oliveira, que conheci no primeiro semestre da faculdade e que desde então nunca me deixaram cogitar a possibilidade de estar sozinha e desamparada. Com elas, tudo foi muito melhor e eu me recordarei para sempre dos nossos melhores dias juntas.

Vindas de épocas tão preciosas para mim como a infância e a adolescência, também agradeço as amigas Leticia Oliveira e Kamyla Dornelles. Elas estavam presentes para assistir o jornalismo surgir em mim como um sonho e seguem aqui, ao meu lado, onde posso vê-las conquistar o que desejaram também.

Agradeço ao meu orientador, Juan Domingues, que além de amparar a realização deste trabalho, me mostrou em suas aulas que o que eu mais amava no jornalismo ainda era possível.

Ganhar uma bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni) era minha única maneira de fazer uma faculdade privada. Lembro que após fazer o vestibular, chorava só de pensar em ver meu nome na lista de aprovados. Por isso, agradeço ao Prouni e seus responsáveis pela oportunidade que possibilitaram para mim e para outros jovens como eu. Defenderei sua permanência por toda minha vida.

Por fim, minha gratidão por tudo que a Famecos me proporcionou, desde os professores acolhedores, os funcionários prestativos e todos os demais colegas que cruzaram meu caminho e me fizeram rir pelos corredores. No início, achei que nunca me sentiria pertencente daquele espaço, mas hoje, saio sabendo que mostrei todos os meus lados nesse lugar, e que mesmo assim, fui recebida com muito amor.

Só o que tenho para oferecer sou eu mesma, esse corpo feito de palavras-cicatrizes que, ao escrever sobre outres, tatuei em mim. Como uma transmutação, a sina inescapável da contadora de histórias que, ao escrever no papel ou na tela, escreve também no próprio corpo, com tinta de sangue. É esse corpo esburacado por letras, tragicamente insuficiente, que inscrevo aqui. (Brum, 2021, p. 93)

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a relação entre o formato livro-reportagem e o trabalho de defesa dos direitos humanos no Brasil exercido pelos jornalistas, a partir da análise da obra “Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo” (2021). O objetivo da pesquisa é compreender a capacidade do livro-reportagem em registrar memória, conscientizar os leitores e denunciar publicamente violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, por empresas e por sujeitos. Como referencial teórico, utiliza-se as obras de Kucinski (2000), Abramo (2006), Ramonet (2013), Kotscho (2003), Serrano (2013), Liesen (2020), Ijuim (2011) e Antonelli (2020) para fundamentar as questões sobre jornalismo e direitos humanos. Nas discussões sobre livro-reportagem e jornalismo literário, os autores consultados são Lima (2004), Pena (2008), Guirado (2004), Belo (2006), Medina (2002) e Cosson (2005). Para realizar a análise, utiliza-se a metodologia Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016). A partir disso, é verificada a presença ou ausência das categorias estruturadas pela autora, sendo elas: personagem, denúncia de violações de direitos humanos e uso da escrita em primeira pessoa, na obra selecionada. Em conclusão, a obra mostra-se satisfatória na contextualização sobre a defesa dos direitos humanos no território amazônico, utilizando-se da abordagem humanizada, tratamento ético das fontes, denúncia ativa das violações e dos violadores e na mobilização e envolvimento da própria jornalista com a necessidade de justiça.

Palavras-chave: livro-reportagem; direitos humanos; jornalismo; humanização; Amazônia.

ABSTRACT

The present work is a study on the relationship between the format of literary journalism and the work of defending human rights in Brazil carried out by journalists, based on the analysis of the work "Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo" (2021). The research aims to understand the capacity of literary journalism to record memory, raise awareness among readers, and publicly denounce human rights violations committed by the State, companies, and individuals. The theoretical framework includes the works of Kucinski (2000), Abramo (2006), Ramonet (2013), Kotscho (2003), Serrano (2013), Liesen (2020), Ijuim (2011), and Antonelli (2020) to discuss journalism and human rights. In the discussions on literary journalism and literary journalism, the consulted authors are Lima (2004), Pena (2008), Guirado (2004), Belo (2006), Medina (2002), and Cosson (2005). To conduct the analysis, the Content Analysis methodology according to Bardin (2016) is used. From this, the presence or absence of the categories structured by the author is verified, namely: character, denunciation of human rights violations, and the use of first-person writing in the selected work. In conclusion, the work proves satisfactory in contextualizing human rights defense in the Amazonian territory, using a humanized approach, ethical treatment of sources, active denunciation of violations and violators, and the journalist's mobilization and involvement with the need for justice.

Keywords: book-reporting; human rights; journalism; Humanization; Amazon.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS	11
2.1	Importância da valorização dos direitos humanos na atuação jornalística	14
2.2	Influência histórica no brasil	19
2.3	Jornalista como ativista e/ou defensor dos direitos humanos	23
2.4	Reconhecimento e repercussão.....	27
3	O LIVRO-REPORTAGEM.....	30
3.1	Humanização	33
3.2	Personagens.....	34
3.3	Registro temporal.....	36
3.4	O jornalista	38
3.5	A conexão do livro-reportagem e dos direitos humanos no contexto brasileiro.....	39
4	METODOLOGIA	43
4.1	Pesquisa bibliográfica	43
4.2	Pesquisa qualitativa	45
4.2	Análise de conteúdo	46
4.2.1	<i>Pré-análise</i>	47
4.2.1.1	<i>Escolha do objeto</i>	48
4.2.1.2	<i>Categorização</i>	49
4.2.2	<i>Exploração do material e tratamento dos resultados</i>	50
5	ANÁLISE DA OBRA “BANZEIRO ÒKÒTÓ: UMA VIAGEM À AMAZÔNIA CENTRO DO MUNDO”	51
5.1	Apresentação da obra.....	51
5.2	Personagem.....	53
5.3	Denúncia	57
5.4	Uso de primeira pessoa	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Num amplo movimento em prol da defesa da democracia e dos direitos humanos, o jornalismo desempenha um papel historicamente crucial no Brasil. Mesmo durante o período da ditadura civil-militar, os jornalistas procuravam maneiras de contornar a censura para expor violações, destacando que a missão de informar prevalecia sobre qualquer perigo (Kotscho, 2003). Nesse mesmo contexto, quando os jornais não ofereciam espaço para denúncias, os livros-reportagem emergiram como uma forma de resistência à censura, ao se camuflarem na esfera literária (Cosson, 2005).

No cenário nacional dos direitos humanos, uma das causas mais notáveis acompanhadas pelos jornalistas é a luta histórica pela proteção da região amazônica, seja na busca por garantir uma vida digna para os povos locais ou na preservação de seus territórios. Ao longo da história, essa área tem testemunhado uma incidência marcante de violações sistemáticas dos direitos humanos, caracterizadas por níveis elevados de violência, conflitos e degradação ambiental. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2023), os relatos de disputas territoriais na região amazônica representaram significativos 59% de todas as ocorrências no país em 2022.

No mesmo documento, abordando a categoria "Violência Contra Pessoa", a Amazônia registrou expressivos 64,5% das ocorrências, totalizando 360 casos no mesmo ano. Essa disputa simboliza um embate entre duas perspectivas: uma direcionada ao "desenvolvimento", que envolve os fazendeiros, grileiros, empresários e o Estado e a outra direcionada ao "envolvimento", que engloba os povos originários, ribeirinhos, ambientalistas e defensores de direitos humanos (Brum, 2021)

O jornalismo formula suas pautas a partir dos conflitos que surgem na sociedade, e ao priorizar a busca pela verdade, a narrativa proporcionada por formatos mais expansivos, como o livro-reportagem, oferece espaço para uma análise mais aprofundada e uma apresentação mais abrangente desses conflitos (Lima, 2004). Dessa forma, considerando a luta histórica pela preservação da Amazônia como ponto de partida, de que maneira o formato do livro-reportagem, com todas as suas características, pode contribuir para a promoção e divulgação dos direitos humanos atualmente?

A partir de tal questionamento, este estudo pretende analisar o livro-reportagem "Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo", de autoria de Eliane Brum, que retrata violações históricas e atuais sofridas pelos múltiplos povos que vivem na região amazônica. Através deste processo, busca-se identificar e compreender a relevância do jornalismo, em particular dos livros-reportagem, na promoção de uma cultura de direitos humanos no Brasil, identificando seu poder em registrar memória, conscientizar os leitores e denunciar publicamente violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, por empresas e por sujeitos.

Além disso, a pesquisa estende-se para a investigação de como as técnicas presentes no jornalismo literário, como a humanização, os personagens e a contextualização temporal, são empregadas em "Banzeiro òkòtó" para transmitir as histórias e os desafios enfrentados pelas comunidades amazônicas. Examina-se também as passagens onde a autora utiliza o discurso em primeira pessoa, averiguando se essa escolha narrativa afeta a conexão emocional entre a autora, os personagens e os eventos narrados, bem como na conscientização do público.

A metodologia utilizada para abordar a obra foi a Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016). Da mesma forma, trabalha-se a temática do livro-reportagem enquanto provedor da humanização, aprofundamento e investigação, bem como a apresentação dos marcos políticos que ligam o jornalismo brasileiro ao cenário dos direitos humanos. Para este fim, serão utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise qualitativa.

O segundo capítulo da monografia investiga a conexão entre o jornalismo e os direitos humanos, iniciando com as contribuições de autores como Kucinski (2000), Lima (2004), Abramo (2006) e Ramonet (2013), que esclarecem convicções fundamentais do jornalismo como um todo. Nesse contexto, são examinados os marcos históricos, políticos e sociais que delineiam essa interconexão, com foco especial no cenário brasileiro.

Além disso, destaca-se as afinidades entre as normas estabelecidas para os direitos humanos e os princípios éticos essenciais do jornalismo. Kotscho (2003), Serrano (2013), Liesen (2020), Antonelli (2020) e outros autores contribuem para ampliar a compreensão sobre como os elementos dos direitos humanos se refletem na prática jornalística.

O terceiro capítulo aborda o formato do livro-reportagem, que direciona a escolha do objeto de estudo central. A base desse formato é investigada, considerando o jornalismo literário e sua trajetória histórica. Ao estabelecer esses conceitos, serão consultados os autores Lima (2004), Pena (2008), Guirado (2004) e Belo (2006).

Nele, também se avalia as características distintivas desse formato e, por fim, sua ligação intrínseca, assim como a do jornalismo como um todo, com a produção de conteúdo voltada aos princípios dos direitos humanos. Nesse contexto, as contribuições de Ijuim (2011) e Medina (2002) enriquecem os estudos sobre humanização e personagens, enquanto Kotscho (2003) e Cosson (2005) destacam o teor político e social dos discursos relacionados ao livro-reportagem.

O quarto capítulo deste trabalho oferece uma minuciosa descrição das metodologias empregadas, destacando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa qualitativa e a análise de conteúdo como abordagens fundamentais. Detalham-se as razões da escolha da obra "Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo" como objeto de estudo, delineando as considerações que conduziram à seleção específica da categorização utilizada na análise.

O quinto capítulo desta pesquisa se dedica à análise do livro-reportagem de autoria da jornalista Eliane Brum. Inicialmente, procede-se com a apresentação do contexto da obra, estabelecendo conexões com a abordagem autoral e o contexto contemporâneo dos direitos humanos. Subsequentemente, são submetidas à análise e avaliação as categorias previamente selecionadas, sendo elas: personagens, denúncias e a utilização do discurso em primeira pessoa.

Conclusivamente, após a fundamentação teórica e a realização de todas as análises, proporciona-se o momento para as considerações finais, as quais objetivam corroborar ou refutar a presença das características substanciais nas categorias identificadas. Essa análise visa determinar se o livro-reportagem pode efetivamente desempenhar um papel eficaz na disseminação de uma cultura de direitos humanos, além de avaliar se a obra de Eliane se enquadra nesse contexto.

2 JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS

Na sociedade contemporânea, o jornalismo desempenha um papel fundamental na formação da percepção do público sobre o mundo que o cerca. Mais do que uma simples narrativa dos eventos; é um reflexo das complexidades da humanidade, que documenta não apenas o que acontece, mas também os motivos do acontecimento. Desta forma, o jornalista se encontra constantemente envolvido na representação das interações coletivas, abrangendo relações entre indivíduos, empresas, instituições e governos. Conforme observado por Lima (2004), essa tarefa jornalística centraliza-se na narração dos conflitos que permeiam a sociedade.

Por certo, o jornalismo trata de conflitos. E trata-os centrados no homem, assim como a dramaturgia, porque tem caráter antropocêntrico, mas diferentemente desta localiza as situações de embates na realidade social e as traduz para o plano do relato real, correspondente a uma verdade concreta [...] (Lima, 2004, p. 75).

Além de tratar dos combates da vida cotidiana, outra base inquestionável do jornalismo reside em seu compromisso com a verdade. Qualquer ação jornalística que distorça ou omita a verdade é amplamente condenada, refletindo a integridade essencial do campo jornalístico. “Trata-se de uma ética não conseqüencial, semelhante ao princípio transcendental de Kant, para a qual não importam as conseqüências da verdade” (Kucinski, 2000, p. 182).

Assim, o empenho principal de um jornalista precisa estar na ética de sua profissão, acima de todo o restante. Mesmo que essa determinada ética esteja cravejada no significado puro do jornalismo, a escolha de segui-la precisa vir de um desejo pessoal. O indivíduo que pretende seguir esta carreira, está intrinsecamente ligado aos princípios de um bom jornalista, pois seu objetivo ao assumir este papel tende a ser solidário, já que a produção jornalística envolve uma multiplicidade de sujeitos e precisa atender os mais diversos interesses. Assim, ao servir a tantos grupos, como seus leitores, profissionais de outras áreas, empresas e a própria sociedade como um todo, precisa estar alinhado a cooperar com uma democracia que não se finde no neoliberalismo (Ribeiro, 2001).

A ética jornalística, deste modo, não é uma moral isolada, mas uma extensão das normas morais que permeiam a sociedade em geral. Ou seja, os valores que orientam a conduta do jornalista são os mesmos que guiam, ou pelo menos deveriam guiar, qualquer cidadão que preserve sua sociedade democrática. Portanto, “o jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista” (Abramo, 2006, p. 109).

Contudo, atravessando suas concepções pessoais, o jornalista se torna um representante de um dos pilares do mundo, a mídia. Mas ao lidar com informações, representações da realidade e investigações de conflitos, sua função assume uma dimensão profundamente política. Isso acontece não apenas devido ao seu comprometimento com as questões em pauta, mas também pela maneira como é percebido pelos outros pilares e poderes da sociedade. Ao optar por seguir a ética jornalística e defender sua profissão, o sujeito já está se assumindo como parcial em opiniões diante da sociedade.

O jornalista não pode ser despido de opinião política. A posição que considera o jornalista um ser separado da humanidade é uma bobagem. A própria objetividade é mal-administrada, porque se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico (Abramo, 2006, p. 109).

Ribeiro (2001) vai além e afirma que seguir a ética jornalística é propriamente uma atividade de afirmação do jornalista e reflexo de sua resistência política na sociedade. Os profissionais possuem historicamente um papel social e político, já que até mesmo antes do surgimento da imprensa, o que construiu a identidade do exercício e a ética dos jornalistas foram as referências às figuras de escritores e políticos, que exerciam essas diferentes funções paralelamente.

Entretanto, com o crescimento da imprensa, os novos meios de gerar receita para os jornais e a fundamentação de uma mídia tradicional gerenciada por empresas e alinhada ao modelo de mercado capitalista, se iniciou um apagamento tanto das identidades dos próprios jornais como de seus trabalhadores.

No entanto, instaurou-se uma crise de identidade desde que essa imagem heróica do jornalista se viu massacrada pelas empresas. O profissional viu-se ferido em seu íntimo e em sua atividade sofreu uma metamorfose

semântica. O jornalista deixou de ser “aquele que milita no jornalismo” para tornar-se “aquele que trabalha num jornal” (Ribeiro, 2001, p. 103).

Com a necessidade de alcançar todas as esferas possíveis e atrair compradores e anunciantes, os jornais reorientaram-se para obter lucro. Deixando de lado seu papel meramente informativo, eles buscaram penetrar bolhas além de seus públicos fiéis, que estavam alinhados às identidades políticas de cada jornal. Nesse esforço para agradar a uma audiência mais ampla, renunciaram a qualquer resquício de opinião, desejando uma imparcialidade que se mostra inatingível. Para isso, distorceram suas linhas editoriais e modificaram seus manuais de redação (Ramonet, 2013).

Em decorrência desse processo que se tendeu a espalhar-se para além da imprensa impressa, atingindo conseqüentemente a televisão, o rádio e a internet, o jornalismo acabaria perdendo-se em essência, produzindo notícias de baixa qualidade e abandonando o esforço da investigação e crítica. Assim, é colocado que “a mídia corre o risco de deixar-se esmagar pelo próprio peso, produzindo materiais de consumo rápido, sensacionalistas, superficiais e conservadores, suscitando o tédio e abdicando de sua função histórica” (Ribeiro, 2001, p. 103).

Quando os veículos de comunicação voltam-se a atrair audiência e lucro, em vez de buscar a precisão e a profundidade, há um risco significativo de que o foco de uma informação seja sacrificado em prol do apelo popular. Lima (2004) integra-se aos autores que criticam esse modo de produção jornalística e traz a reflexão sobre as conseqüências que abalam o poder da profissão em contar narrativas enriquecedoras e simbólicas para a população.

[...] por razões de procedimento operacional viciado, pode haver outro agravante originado de simples manipulação ideológica ou de comprometimento atrelado a interesses mercadológicos. O excesso de sensacionalismo, desvirtuando um fato por chamar a atenção para um elemento folclórico apenas, pitoresco, de um tema importante, é um desses efeitos da tentativa de conquista, a qualquer preço, do leitor (Lima, 2004, p. 67).

O jornalista, em meio a essas novas exigências e mudanças nos seus métodos e nas suas possibilidades de envolvimento com as pautas, ainda é um trabalhador que responde àquele espaço. Logo, se adequa a sua realidade. No entanto, a

sociedade enfrenta uma notável carência daqueles jornalistas inquietos que buscam incansavelmente a mudança, aqueles que personificam a raiz do jornalismo. Como resultado, alguns formatos e editorias possibilitam maior profundidade, permitindo que veículos de comunicação voltem a valorizar a liberdade e o tempo necessário para produção do jornalista. Mesmo assim, com esse espaço concedido, “[...] é preciso perguntar: De qual mídia se trata? A que democracia serve?” (Ribeiro, 2001, p. 103).

2.1 Importância da valorização dos direitos humanos na atuação jornalística

Dentro do factual que o jornalismo trabalha, existem algumas possibilidades de narrativa. É possível apenas relatar os eventos de forma objetiva, o que geralmente é visto na imprensa tradicional e de produção diária. Outra maneira, no entanto, é abranger mais detalhes daquela informação, como as causas, os causadores e os demais contextos que circulam um determinado acontecimento. É abordando esses outros espaços que o jornalismo toma uma visão crítica e repassa isso ao público, incentivando o questionamento e a análise do mundo ao seu redor.

Existe o jornalista que só conta o fato: um muro caiu na cabeça da dona Maria e ela morreu debaixo de 35 tijolos. Isso é um fato, puro e simples. Haverá outro jornalista que dirá que o muro caiu porque o dono do terreno se recusou a gastar dinheiro e usou um suporte ruim, que ameaçava cair. Aí começa-se a desenvolver o que se passa, da narrativa do fato para a crítica da sociedade (Abramo, 2006, p. 110).

Ao estarem adeptos a garantir essa visão crítica em seus materiais, os profissionais não devem abandonar a visão humanitária das situações que cobrem. Para isso, é necessário apoiar sistemas de promoção e de defesa dos direitos humanos vigentes. Tal processo auxilia na ponderação dos conflitos tratados pelo jornalismo e guia quem está investigando na identificação dos responsáveis pela injustiça que será contada no veículo de comunicação em que trabalham. Este processo não apenas reforça a integridade do jornal e do jornalista, como contribui para o aprimoramento das medidas voltadas aos direitos humanos na sociedade (Liesen, 2020).

Portanto, investigar a relação intrínseca entre direitos humanos e jornalismo não apenas ilumina a importância de reportar acontecimentos com sensibilidade, mas

também destaca a responsabilidade dos profissionais de mídia em atuar como defensores dos direitos humanos. Desse modo, para compreender plenamente sua importância na construção de um jornalismo consciente, é fundamental estabelecer uma compreensão abrangente do conceito de direitos humanos.

[...] os direitos humanos são, de maneira geral, entendidos como um conjunto de direitos aplicados à proteção da dignidade humana, independentemente de fatores geográficos, biológicos, étnicos, culturais, econômicos etc. São direitos que não podem ser cancelados e que são adquiridos pelo simples fato de nascermos humanos (Liesen, 2020, p. 38).

De acordo com Liesen (2020), para estabelecer uma compreensão reconhecida igualmente por todos os países, instituições e sujeitos envolvidos, surgiu um texto base que valida-se até hoje: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Promulgada em 1948, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, a própria criação da ONU, que ocorreu 3 anos antes, em 1945, e seu desenrolar até o decreto da DUDH, se tornam um marco histórico que une dois acontecimentos, sendo eles a necessidade da afirmação dos direitos humanos no mundo até a abertura para discussão e a expansão dos direitos estabelecidos.

Com efeito, como já foi afirmado anteriormente, a ética do jornalismo não difere da ética que cada cidadão deve adotar. O jornalismo, como um pilar essencial da sociedade, tem a responsabilidade de respeitar e promover os 30 direitos fundamentais registrados neste documento. Todavia, não cabe ao jornalismo citar os respectivos artigos da declaração em toda matéria que exhibe uma violação e que for sair no jornal. A dinâmica desse entrelaçamento, direitos humanos e jornalismo, vai além: “A gramática dos direitos humanos é, acima de tudo, um instrumento para transformação de uma injustiça. Por isso, enquanto jornalistas, apenas mencionar a DUDH não basta” (Liesen, 2020, p. 64).

Para alcançar a transformação de um cenário, um objetivo buscado por todos os jornalistas desde o início de sua formação, é necessário atender a certos requisitos. Um deles está intrinsecamente ligado ao conceito de imprensa, que é a habilidade de revelar o que está oculto aos olhos do público.

Antes de qualquer coisa, a imprensa dá visibilidade, que é o princípio de publicidade: para que algo se torne público, à vista de todos, é necessário

que ele emerja no espaço público. Mais ainda: para que algo surja como um problema, é preciso que ele seja mostrado ou nomeado (Liesen, 2020, p. 145).

É por meio dessa revelação que o jornalismo desempenha um papel crucial na sociedade, promovendo a transparência dos acontecimentos que tentam ser escondidos por outros. Ao dar voz aos silenciados e dar visibilidade a essas injustiças, os jornalistas não apenas informam, mas também inspiram a ação de órgãos responsáveis. “Abrir um espaço possível para que vozes silenciadas reverberem: eis o primeiro desafio para um jornalismo mais humano” (Liesen, 2020, p. 149).

Além das instituições, o público também é atingido, o que pode formar-se em um descontentamento geral, que constrói uma opinião pública e pressiona os maiores poderes, como o Estado. Assim, mais uma vez, o jornalismo contribui para o avanço da democracia de um país através de uma fundamentação básica de seu papel na sociedade (Ramonet, 2013).

Nesse sentido, os profissionais buscaram e ainda buscam esses espaços de divulgação, justamente para promoverem mudanças. No entanto, muitas das narrativas por eles produzidas parecem não encontrar um lugar definido nas editorias convencionais de seus jornais, frequentemente dispersando-se em meio às seções de matérias gerais.

Em relação a especialidades de direitos humanos, embora seja possível assistir a programas especiais que abordam o tema – como falta de moradia, direitos das minorias, preconceito, racismo, etc. –, não há uma editoria específica nos veículos. Muitas vezes o local de publicação desse material se situa na editoria geral (Antonelli, 2020, p. 35).

Essa lacuna se torna ainda mais evidente ao analisarmos a dinâmica das editorias. Elas nasceram com o intuito de facilitar a identificação do público que buscava por interesses específicos. Assim, também criam-se as especializações formativas para os jornalistas, que debruçam-se apenas para uma editoria dentro de sua empresa. Hoje, alguns jornalistas possuem o trabalho reconhecido e voltado, principalmente, às políticas de direitos humanos internacionais. Mas no geral, abrem-se algumas janelas de possibilidades, mas nenhuma em destaque para os jornalistas especializados em direitos humanos. Apesar das demais áreas do jornalismo desempenharem seus deveres sociais, uma editoria de direitos humanos se

destacaria ao mergulhar profundamente em pontos específicos dessa esfera. Porém, essa categorização se encontra em grande maioria apenas em jornais independentes ou com outras intitulações (Antonelli, 2020).

Em meio disso, Kotscho (2003) encontra desde antes da escrita de sua obra, a dificuldade em separar um espaço para algumas narrativas que ele compreendia como expressamente humanizadas. Buscando uma solução, ele rotula esta área dentro de jornalismo, que o mesmo acha nebuloso, como “drama social”. Para ele, nenhuma das clássicas especializações estaria enquadrando esse tipo de material. E em seu olhar, com o aumento da consequência de todas as crises, essa área cresce nos jornais, principalmente nos que são mais ligados às suas comunidades.

Ao adotar o termo “drama social”, ele não apenas cria um conceito próprio e pessoal de uma categoria editorial, mas também lança provocações à estrutura convencional do jornalismo, esse mesmo espaço em que essas matérias diferenciadas se misturam em meio às matérias objetivas e diárias.

É nesta terra de ninguém dentro da estrutura das redações que se vai encontrar o Brasil real - as histórias da vida e da morte dos desempregados, dos menores abandonados, o fim de linha da violência e dos desencontros, o drama dos bóias-frias e dos sem-terra, as vítimas e seus algozes frente a frente (Kotscho, 2003, p. 58).

No entanto, deve-se recordar que a ausência de um espaço específico para o lançamento e promoção de matérias que retratam a sociedade real e seus grupos e sujeitos desamparados não deve servir como desculpa para evitar a produção desse tipo de conteúdo. Em suma, independentemente das categorias editoriais já estabelecidas e da orientação editorial do veículo de comunicação, é responsabilidade do jornalista “[...] encontrar brechas para produzir um material ético, de qualidade, sempre a favor da comunidade” (Antonelli, 2020, p. 83).

Mediante o exposto até aqui, percebe-se que o processo do reconhecimento da conexão entre jornalismo e direitos humanos vai desde o conhecimento da ética e da preservação dos direitos humanos, até seu entendimento como uma categoria própria. Mostra-se necessário uma reflexão dos meios de comunicação sobre sua produção e em como os materiais produzidos asseguram ou negligenciam esses direitos. Para Liesen (2020), mais do que tudo isso, é interessante examinar os direitos

que asseguram os próprios jornalistas, dando-os segurança e garantindo os próprios sistemas comunicacionais e sua diversidade. Afinal, existem os direitos que sustentam a base para que o trabalho possa ser feito e que, de fato, vozes ocultas sejam ouvidas.

É crucial evidenciar que o jornalismo é não apenas uma profissão, mas também um direito humano fundamental, aplicável tanto àqueles que o praticam quanto àqueles que se beneficiam dele. Este princípio está intrinsecamente ligado à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que explicitamente reconhece o papel vital da liberdade de expressão e do acesso à informação.

Artigo 19º - Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão (Organização Das Nações Unidas, 1948, p. 5).

Para mais, além do representado no artigo, é necessário que os membros da comunidade participem e se sintam vistos e representados nesses espaços, para que assim o direito possa ser cumprido em sua plenitude. Essa movimentação reflete um reconhecimento das diferenças entre os sujeitos que compõem a sociedade (Liesen, 2020).

É igualmente enriquecedor, em adição das entrevistas com os cidadãos comuns, incorporar as perspectivas de pesquisadores, críticos e representantes de associações e comunidades. Estas vozes não apenas fundamentam, mas também ampliam os discursos humanísticos, oferecendo uma base que complementa as narrativas da população. Integrar essas diversas vozes aumenta significativamente a compreensão dos temas discutidos, proporcionando uma visão mais completa e contextualizada.

A liberdade de expressão – que eles chamam de liberdade de imprensa – também deve nos assegurar conhecer as reclamações e contribuições das associações de ecologistas, sindicatos, advogados de direitos humanos; em suma, vozes críticas que têm algo a dizer. Existem proibições para que essas pessoas e coletivos façam suas denúncias? Na maioria dos países, não. No entanto, são os meios de comunicação que têm poder para levar essas vozes até os cidadãos (Serrano, 2013, p. 78).

Por fim, torna-se fundamental ressaltar: sem liberdade de imprensa, os direitos humanos não podem atingir seu pleno potencial nem se consolidar completamente. A liberdade de imprensa desempenha um papel crucial ao possibilitar a divulgação de violações, investigações e responsabilizações. Muitas vezes, é por meio dela que tais questões vêm à tona. Assim, tudo se inicia na liberdade dos jornalistas e na eliminação das censuras (Liesen, 2020).

Neste contexto, surge a urgência de investigar não apenas os desafios enfrentados pelos jornalistas na busca pela verdade e pela justiça, mas também as barreiras que impediram, em diversos períodos, a plena realização do direito humano essencial que é o jornalismo. Em sua obra, Kotscho (2003) relata sobre múltiplos trabalhos seus considerados arriscados para sua própria integridade. Um deles, sobre a produção de uma matéria investigativa acerca da morte de um operário no DOI-CODI, durante o período da ditadura civil-militar, traz o peso de fazer jornalismo neste período e mostra-se um poderoso exemplo do impacto das escritas jornalísticas na defesa dos direitos humanos.

[...] fazia apenas três meses que Vlado tinha morrido — e todos nós, jornalistas, ainda vivíamos com medo. Minha mulher estava grávida, e disse que eu era maluco: a matéria saiu assinada. Mas, enquanto os colegas ainda comentavam a matéria na redação, poucos dias depois chegava a notícia de que o comandante do II Exército, General Ednardo D'Avilla Mello — responsável último pelo que acontecia no DOI-CODI — tinha sido afastado do cargo pelo Presidente Ernesto Geisel (Kotscho, 2003, p. 36).

Este episódio específico, não apenas lança luz sobre um dos eventos mais sombrios da história brasileira, mas também ilustra vividamente o papel do jornalismo como um agente catalisador de mudanças sociais. Ao mencionar a morte de Vlado, o autor contextualiza o clima de medo que pairava sobre os jornalistas brasileiros, intensificando ainda mais a censura imposta pelo regime militar. Ao utilizar esse relato como ponto de partida para o próximo subcapítulo sobre marcos históricos que envolvem jornalismo e direitos humanos, pode-se destacar não apenas a brutalidade do regime, mas também a resistência do jornalismo encarando uma política autoritária.

2.2 Influência histórica no Brasil

É possível examinar a evolução da política nacional de direitos humanos no Brasil somente a partir de 1985, quando o país retornou ao governo civil após mais de meio século desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse marco não apenas assinala uma mudança significativa no contexto político brasileiro, mas também representa um período crucial para a formulação e implementação de políticas que visam proteger e promover os direitos humanos no país. Reflete-se também nas discussões populares e na opinião pública, visto que “[...] com o fim dos vinte e um anos da ditadura militar no país, é que o termo direitos humanos começou a ganhar mais espaço no vocabulário comum” (Liesen, 2020, p. 40).

Em complementação aos princípios delineados pela DUDH, o Brasil se vê necessitante de uma política interna dedicada à proteção dos direitos de seus cidadãos. Como posto anteriormente, a era da ditadura civil-militar no país destaca a urgência de estabelecer normas claras para que, o que foi presenciado entre 1964 e 1985, não se repita.

Por fim, para concluirmos o panorama sobre textos históricos e a formação do direito à comunicação, chegamos à Constituição Federal Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988 – quase um quarto de século depois de instaurada uma ditadura militar no país, um regime que restringiu todos os direitos de expressão, de opinião, de imprensa e de informação, particularmente após a emissão do Ato Institucional número 5 (AI-5), que determinou a censura prévia de obras artísticas, bem como da imprensa e de qualquer outro meio de comunicação (Liesen, 2020, p. 87).

Desta forma, a Constituição Federal Brasileira, estabelecida como lei suprema do país, representa um símbolo do compromisso do governo brasileiro com a garantia da democracia. Além disso, ela abre novas possibilidades de abordagens de diversas áreas voltadas aos direitos humanos na política nacional, incluindo o jornalismo, principalmente a partir de 1990 (Liesen, 2020).

Para Serrano (2013), o padrão reconhecido universalmente nos regimes ditatoriais é a transferência do controle dos meios de comunicação públicos para um comando militar opressor. As poucas formas de denúncia, da representação da verdade e as opiniões ainda podiam ser encontradas nas mídias privadas ou independentes, mas que mesmo assim sofriam com a censura e eram igualmente

perseguidas. Porém, como é exemplo no Brasil, uma política que vise pelo modelo atual de democracia, mesmo não tendo suas bases perfeitas, surge para deter a possibilidade de novos golpes e ditaduras.

No entanto, as razões para sua criação e os acontecimentos vividos pela população brasileira no período antecedente perduram através das fragilidades sociais e econômicas evidentes na realidade brasileira. Essas consequências podem ser vistas também na atividade jornalística, que sofreu bárbaros ataques. Ao retornar a visão para a época do regime, percebe-se que os repórteres escreviam pouco, apesar de discutirem entre si e entre pessoas de confiança com frequência. Praticamente nada do que era dito, poderia ser publicado, principalmente em períodos mais rígidos. Alguns poucos jornalistas persistiam na luta mais exposta, viajando o país e participando de eventos, debates e seminários que eram promovidos. O objetivo conjunto era um só: romper o silêncio. Naquele momento, todos os desejos daqueles profissionais, que se traduzem em direitos mínimos, eram vistos como meros sonhos (Kotscho, 2003).

A investigação dentro das redações tendia a ser muito limitada, apesar dos esforços. Porém, mesmo botando sua própria vida em risco, os jornalistas pediam para seus superiores a liberdade para que cobrissem as mais terríveis denúncias que chegavam em suas mesas. Pois, ainda que com toda a repressão, o dever de informar sobressaia. “Isso ocorria muito no período da ditadura militar, em que os jornais funcionavam como um dos poucos canais — depois de levantada a censura — para a denúncia de violações dos direitos humanos” (Kotscho, 2003, p. 35).

Analisando o peso ainda carregado pela imprensa tradicional, conseqüente do efeito da ditadura que censurava as publicações, vê-se que a imparcialidade e a neutralidade obrigatória dos profissionais ainda são cobradas em muitos espaços e formatos. De acordo com Abramo (2006), ainda são poucos os momentos de convergência da imprensa como empresa e de seus próprios trabalhadores jornalistas, ou mesmo, a própria classe profissional. Para isso, é necessário que ocorra uma situação traumática que fere os princípios básicos da ética e dos direitos dos jornalistas, assim como foi o assassinato de Vladimir Herzog. Em um movimento coletivo, a censura foi ignorada por diversos veículos que se organizaram para denunciar e enfatizar tal ato como crime. Nessas situações, a grande imprensa

permite-se acompanhar e abrir espaço para aprofundamento, mas nem todas as violações de direitos serão vistas como dignas a receberem a mesma força de apoio.

Outro marco histórico dentro da defesa dos direitos humanos e da preservação ambiental, são as coberturas referentes ao bem mais precioso do Brasil: a Amazônia Legal. Equilíbrio ecossistêmico não só do país, mas no planeta como um todo, teve sua imagem pública também construída através da mídia nacional e internacional. Para Rodrigues, Menezes e Lopes (2018) a questão ora era tratada através de uma lente da conscientização, com uma preocupação legítima, ora colocada como um produto dos interesses econômicos de empresas. Essas disputas colocadas nos jornais sempre refletiam a exata realidade política, no entanto. Porém, nas tentativas de aprofundamento, os grandes jornais seguiam o padrão por trazer a pluralidade amazônica de modo folclórico e estereotipado.

Assim, estruturalmente e historicamente violada, a Amazônia se tornou interesse para os jornalistas que ansiavam em abordar a vida real desses locais e falar de crises climáticas. Além do jornalismo de direitos humanos, participavam de um jornalismo ambiental. “Muitos dos principais jornalistas do país, preocupados com causas ambientais, também atuam em diversas outras frentes dos direitos humanos” (Liesen, 2020, p. 160).

Apesar de não tão emergente como nos dias atuais, o tema já era possível de aprofundamento narrativo através da investigação dos povos que vivem naqueles espaços, dos costumes que possuem, do amor pela natureza e de suas exigências de direitos que seguem sendo descumpridos. Indígenas, quilombolas e ribeirinhos sempre possuíram a mesma luta, a preservação e a paz em seus territórios e isso, mesmo em menor escala e mesmo sem tanta minúcia, era publicado nos jornais. O importante, desde suas coberturas históricas, até os dias de hoje, é o engajamento real do jornalista com a temática.

Essa postura militante e engajada do profissional jornalista o tira das coberturas meramente informativas, episódicas, onde o jornalista chega (sempre atrasado) apenas para noticiar um desastre ambiental. Quando mais proveitoso seria para a sociedade, um jornalismo que refletisse sobre essa possibilidade e problematizasse sobre a questão frente a promoção de políticas públicas. Isso poderia inclusive salvar vidas em alguns casos (Rodrigues, Menezes e Lopes, 2018, p. 44-45).

Em suma, persistir na ética e motivação do jornalismo é uma luta histórica e contínua dessa classe. Diante das adversidades e dos conflitos ocorridos dentro do próprio conceito profissional, somado às rotinas que foram se tornando urgentes e objetivas na redação, ainda se evidencia a persistência e o comprometimento.

Muita gente não entendia como é que, diante de tantos obstáculos, alguém ainda pudesse gostar desse ofício de repórter. E me lembro que dava sempre a mesma resposta: antes de ser mera opção profissional, este ofício é uma opção de vida (Kotscho, 2003, p .7).

No exercício das coberturas, os jornalistas brasileiros enfrentam desafios multifacetados que testam sua resiliência e paixão pela profissão. Cada história traz consigo a sombra da censura, uma barreira difícil de ser superada, restringindo a narrativa e impondo limites à liberdade de expressão. No entanto, apesar de todas essas dificuldades, os jornalistas perseveraram, movidos pela convicção de que seu trabalho é essencial.

2.3 Jornalista como ativista e/ou defensor dos direitos humanos

Derivado das necessidades políticas e buscando assegurar direitos e deveres, a classe profissional do jornalismo brasileiro construiu uma norma própria. Com sua primeira versão datada em 1987, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é um documento que, focado na atuação jornalística, vem para complementar a DUDH e a Constituição Federal. Múltiplos valores reconhecidos em ambos os documentos também se reproduzem nele. Ao exemplificar os deveres de um jornalista, o Código de Ética propõe 14 pontos ao total. Um dos tópicos que se liga, não tão subjetivamente como os demais, mas sim diretamente, é o que implica o papel do jornalista como um defensor de direitos humanos.

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Federação Nacional dos Jornalistas, 2014, p. 1).

Tal qual os direitos humanos têm a missão de proteger a dignidade de todas as pessoas, o jornalismo também compartilha dessa responsabilidade, onde busca-

se valorizar as histórias contadas e reconhecer a dignidade de suas fontes. Outros deveres citados se somam às questões que já foram analisadas neste trabalho e que se mostram inseparáveis do jornalismo, como a própria defesa da profissão, o foco no interesse público, o combate à corrupção, a necessidade da denúncia das injustiças e a defesa das populações seguidamente atacadas na sociedade, sendo crianças, idosos, mulheres, negros e outros grupos marginalizados.

Apresentado inclusive na formação dos novos jornalistas nos espaços educacionais, o Código de Ética acompanha desde as bases da profissão, até o desenrolar da carreira do jornalista. Nele, estão princípios que, em tese, deveriam ultrapassar os manuais de redação. Apesar de já estar inserido em um espaço de imprensa tradicional, o jornalista pode e deve preservar a resistência da profissão, reivindicando seu espaço e construindo, através de suas convicções, uma identidade ética que colabora para o fazer jornalismo-cidadão (Ribeiro, 2001).

Do mesmo modo, a essência do jornalismo reside não apenas na responsabilidade de evitar a violação dos direitos humanos em sua cobertura, mas também no papel ativo de se posicionar como defensor desses direitos fundamentais. No entanto, é igualmente crucial reconhecer a contraparte dessa perspectiva: a possibilidade da imprensa se tornar uma violadora dos direitos humanos. Segundo Liesen (2020), uma das maiores causas para que o jornalismo rompa com esse elo à narrativas humanísticas e responsáveis, é a urgência pelo furo jornalístico. Este, pode acabar se sobressaindo a questões que envolvem a preservação da honra dos indivíduos envolvidos na pauta.

Este paradoxo coloca em destaque a necessidade de compreender as características essenciais que diferenciam um jornalista defensor, capaz de promover uma narrativa ética e justa, daquele que pode indevidamente contribuir para a violência de sujeitos e grupos. Nessa perspectiva, “entre as violações mais comuns estão o desrespeito à presunção de inocência, a exposição indevida de pessoas e famílias e o atentado contra a vida privada, a dignidade e a honra dos indivíduos” (Liesen, 2020, p. 123).

Esse filtro não se manifesta apenas nas histórias, mas também na decisão do que deve ou não ser publicado. Entende-se que a publicação de informações não é meramente uma divulgação, mas uma poderosa ferramenta capaz de tanto

impulsionar uma luta de um povo quanto prejudicá-la. O cuidado é capaz de não apenas resguardar a integridade das fontes, mas em casos mais extremos, garantir a segurança da vida. Em um mundo onde a disseminação rápida de informações pode ter consequências profundas, cada matéria exige reflexão de seu escritor.

Nem sempre, porém, uma reportagem ajuda as pessoas na medida em que torna seu drama conhecido. Ao contrário, pode acontecer de uma publicação prejudicar ainda mais pessoas que já são vítimas de uma injustiça. E aí surge o maior dilema do jornalista: contar ou não uma história real, que a sociedade tem o direito de conhecer, mas que esta mesma sociedade não encontra meios de consertar? (Kotscho, 2003, p. 68).

O processo de escolha do personagem de uma pauta e as entrevistas são o que traz vida a uma matéria, mas, tal como acordado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a fonte precisa ser respeitada e protegida. Logo, “o profissional não deve colocar em risco a integridade das fontes – esse é o ponto importante para garantir a preservação dos direitos individuais dos personagens ouvidos na matéria” (Antonelli, 2020, p. 106).

Em adição aos pontos trazidos anteriormente, não condizente a uma violação propriamente dita, mas uma desatenção que contribui para a impunidade, é a escolha da linguagem utilizada na construção de matérias, muitas vezes na busca por adjetivar grandes acontecimentos. Nessa procura por descrever a proporção maior de urgência e importância de uma situação, algumas reflexões podem ficar de fora, excluindo explicações que contribuiriam para a resolução do problema. Alguns exemplos podem ser apontados, como os termos “tragédia” e “desastre” que, no âmbito dos direitos ambientais, sempre possuem um responsável que fica invisível, sendo um sujeito, uma empresa e até o próprio Estado.

O problema da narrativa da tragédia e do desastre está na produção de um efeito contrainvestigativo. Diante da tragédia e do desastre, a responsabilização torna-se difusa. [...] Um jornalismo preocupado com questões humanas e ambientais busca sempre as causas de uma catástrofe (Liesen, 2020, p. 159).

Ainda seguindo as constatações de Liesen (2020), na busca de auxílio e da divisão das sobrecargas, é possível contar com diversas outras áreas que estão

contribuindo diariamente com a mídia. Pelo viés dos direitos humanos, as organizações da sociedade civil se mostram dispostas a somarem esforços para efetivar a melhora da sociedade. A fluidez dessa parceria acontece pois esse é um tipo de seguimento acostumado a conviver com a imprensa.

Conhecer o sistema de produção de notícias e as regras do jogo midiático também é um fator essencial para o trabalho das ONGs que atuam em defesa dos direitos humanos. A profissionalização de suas assessorias deve almejar a produção dos meios necessários para despertar o interesse dos pauteiros das grandes redações (Liesen, 2020, p. 148).

Muitos dos relatórios e missões realizadas por essas ONGs podem enriquecer matérias ou motivar suas criações completamente do zero. Ter esses espaços de contribuição para o firmamento da democracia é o ideal, mas o jornalismo não se pode deixar alheio sem tomar seu papel de denunciante ou esperar que outras organizações e instituições ajam para só depois registrar no jornal. A cada período de evolução cabe mais ao próprio jornalismo a responsabilidade de informar polemizando atos duvidosos do Estado, vigiando possíveis abusos de poder e decretando violações. Afinal, essa é uma escolha de carreira que traz consigo uma liberação da população para que vigie a favor dela e tome seu lugar ativo, como uma representação, em ambientes que o cidadão comum não consegue acessar (Kucinski, 2000).

Em síntese, enxergar-se como defensor, ativista ou militante pelos direitos humanos é uma interpretação intrínseca do indivíduo ao identificar, escolher e acolher a profissão de jornalista. Independentemente, a importância primordial do jornalismo continuará a mesma para a sociedade e, utilizando dos recursos disponíveis, as pautas podem evidenciar para a população uma multiplicidade de vidas que convivem em seu mesmo espaço geográfico.

Abordar o racismo, o preconceito, a vida nas periferias, o preconceito sexual, a situação de moradores de rua, indígenas, idosos, mulheres e imigrantes, é fundamental no processo jornalístico, para dar visibilidade a esses temas, fomentando assim a discussão pública e a formulação de políticas públicas (Antonelli, 2020, p. 87).

Portanto, o espaço que é dado para a mídia, desempenha uma condição vital para promover a aceitação dessa diversidade social, transformando a possibilidade dos comumente excluídos se sentirem incluídos num mundo que sempre os pertenceu por direito. Ocorre a transformação do direito negado para a abertura de oportunidades e acolhimento. Para chegar e mudar essas realidades é crucial dar voz às minorias sociais, que frequentemente sofrem as maiores consequências (Antonelli, 2020).

Conclui-se que essa responsabilidade vai além da simples narrativa dos fatos. Jornalistas servem como intermediários éticos, assegurando que versões distorcidas e visões enviesadas não alcancem o público. Assim, ao abordar questões de direitos humanos, o jornalismo se transforma em uma ferramenta poderosa para promover a compreensão, a empatia e, acima de tudo, a justiça social.

2.4 Reconhecimento e repercussão

Dentro de várias áreas existentes, profissionais são recompensados tanto com repercussões positivas de seus trabalhos quanto com títulos de reconhecimento de entidades que promovem tais ações. Com o jornalismo, tanto em contexto internacional, como nacional, não seria diferente. Para as autoras portuguesas Trindade e Inácio (2017) os prêmios de jornalismo desempenham um papel multifacetado na indústria da comunicação. Além de reconhecerem o talento individual dos profissionais, esses prêmios também funcionam como uma vitrine para os próprios temas abordados nas produções.

Essa percepção é vista nas análises de premiações focadas em avaliar o caráter de direitos humanos de uma produção jornalística. Por isso, existem estas iniciativas nacionais que procuram divulgar, recompensar e promover a publicação de materiais e produtos jornalísticos voltados a questões que integram os direitos humanos. O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo¹, o Prêmio AJURIS Direitos Humanos² e demais premiações que possuem a categoria de jornalismo e direitos

¹ O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo é organizado pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) Disponível em: <https://www.direitoshumanosbr.org.br/home/premio.php>

² O Prêmio AJURIS de Direitos Humanos é organizado pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://ajuris.org.br/premio-de-direitos-humanos/>

humanos são alguns dos exemplos. Dentre eles, está também o Prêmio Vladimir Herzog.

De acordo com o Instituto Vladimir Herzog, o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos surgiu no ano de 1978 com o intuito de reconhecer e promover trabalhos jornalísticos que abordassem questões fundamentais para os direitos humanos. Com uma grande simbologia, é nomeado em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, que foi torturado e assassinado no dia 25 de outubro de 1975, período da ditadura civil-militar no Brasil, nas dependências do DOI-CODI. O objetivo inicial da premiação era reconhecer produções que registrassem memórias das vítimas da ditadura.

O prêmio era mais uma tentativa de colocar sob os holofotes os homens e as mulheres cujas vidas anônimas foram impactadas pelo regime ditatorial, prosseguindo até hoje com o intuito de fomentar produções jornalísticas de fôlego que contemplem direitos como a dignidade e a liberdade (Souza, 2020, p. 58).

Assim, fundamentalmente com caráter de denúncia de violações e abordando outras temáticas de direitos humanos além das consequências do regime ditatorial, segue premiando jornalistas que colaboram para a defesa da democracia, da cidadania, da justiça e dos direitos humanos. Atualmente, está em sua 45ª edição, tendo notórias mudanças em suas categorias premiadas ao longo dos anos.

Apresentando rotatividade de categorias, uma de suas premiações mais antigas é ao formato livro-reportagem, que existe como categoria desde 1988. A partir disso, é possível perceber sua modificação e rotatividade constante. Já foi intitulada de diferentes formas, sendo “livro-reportagem”, “literatura” e “livro”. Com um formato que tem um maior poder de aprofundamento, se manteve em lista até 2009, recebendo reconhecimento dos jurados tanto pela obra premiada, como pelas menções honrosas. O livro-reportagem e a reportagem são a maior representação do jornalismo literário na premiação, podendo assim evidenciar diversos recursos do gênero para abordar os direitos humanos.

O jornalismo literário parece ter conquistado um lugar de destaque, sendo objecto de apreciação, traduzida em prémios, e de estudo académico. Este género jornalístico veio humanizar a informação, aproximando-se do leitor por intermédio de uma linguagem mais trabalhada, ainda que

objetiva. [...] Assim, é ideal para a abordagem de qualquer temática, sobretudo de assuntos relativos aos direitos humanos e à integração social, intimamente relacionados com os tópicos da e/imigração (Trindade e Inácio, 2017, p. 246).

Apesar disto, analisando as alterações mais recentes, percebe-se a ausência da categoria durante 11 anos da premiação, tendo seu corte em 2010. Ana Luísa Gomes, curadora do prêmio, declara as formulações das mudanças em uma matéria jornalística. Nela, fica claro que a categoria teria desaparecido por motivos de relevância e de observação de produção jornalística do momento. Para ela, também foi levado em conta a necessidade e os pedidos dos profissionais da área para que a categoria retornasse nas edições mais atuais (Evelyn, 2020). Assim, em 2021, a categoria volta a ser reconhecida e premiada, trazendo à luz a mesclagem do livro-reportagem com os direitos humanos.

3 O LIVRO-REPORTAGEM

No âmbito do jornalismo, a definição do livro-reportagem surge através de múltiplos espaços, obras e autores. O conceito de reportagem por si só é determinado como “matérias jornalísticas mais longas, em geral ocupando espaço de página inteira [...]. Seu conteúdo [...] há que ser investigado, pesquisado até o desenlace da questão ou até o seu esgotamento” (Guirado, 2004, p. 22).

Ao transpor o conceito de reportagem para a grande reportagem, e em extensão superior, a reportagem em livro, percebe-se que as possibilidades de contar uma boa história se tornam ainda mais significativas.

De todas as formas de comunicação jornalística, a reportagem, especialmente em livro, é a que mais se apropria do fazer literário. De fato, o jornalismo impresso e a literatura aproximam-se, intersectam-se, afastam-se, em particular desde a etapa histórica em que a imprensa ganha sua feição moderna, industrial, a partir da última metade do século XIX (Lima, 2004, p. 173).

Portanto, evidencia-se no gênero, desde seu princípio, a ligação do jornalismo com a literatura. Para Lima (2004), o livro-reportagem é um subsistema do próprio jornalismo, capaz de horizontalizar e verticalizar, estendendo e intensificando uma pauta, que por sua vez teria um limite de ampliação nos jornais de notícias diárias.

Demonstrada sua capacidade de abrangência, o formato pode alcançar todos os possíveis lados de uma narrativa jornalística e contribuir para o desenrolar de alguma ocorrência previamente divulgada em outra mídia. Isto se torna claro através de Belo (2006), que aponta como conceito de livro-reportagem o seguinte: “Por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos” (Belo, 2006, p. 41).

Revelando seu potencial apresentado, o gênero quando trabalhado pode abrir um leque de temas dentro de um mesmo tema, justamente abraçando a complexidade que o jornalismo diário não consegue atingir ou ampliando os conteúdos já publicados.

Visto como um veículo de comunicação isolado, também é revestido de universalidade porque divide a realidade que focaliza em múltiplos prismas que permitem, no final, quando bem-sucedido, uma visão completa do arco-íris (Lima, 2004, p. 49).

Abordando o conceito dessa universalidade, Lima (2004) entende que ela está completamente atrelada à definição do livro-reportagem, assim como em uma revista especializada, porém abusando dos recursos da literatura.

Apresentando em sua obra as substâncias possíveis dentro do livro-reportagem que utilizam de ambos os recursos, universalidade e literatura, o autor classifica o romance-reportagem como um dos caminhos. Desta maneira, historicamente com um gênero influenciando o outro, o livro-reportagem representa, em um nível de complexidade temática e estilística, as características de um romance (Lima, 2004). Cosson (2005) também emprega esta compreensão.

Nos limites do império dos fatos com o jardim da imaginação, o romance-reportagem constrói o seu lugar como um gênero híbrido. Reunindo nessa condição de gênero a força política do jornalismo com a força poética da literatura [...] (Cosson, 2005, p. 70).

Assim, compreendendo também o romance-reportagem e levando como base a realidade, o livro-reportagem tem o trabalho de explicar, orientar e opinar, que se soma a preocupação fundamental de todo jornalista, que é informar. À vista disso, busca evidenciar determinados acontecimentos através da contextualização e da interpretação, sempre vislumbrando a representação direta do real (Pena, 2008).

Conforme expressado anteriormente na fala de Lima (2004), o chamado de jornalismo literário já marcava presença na imprensa desde a metade do século XIX. No entanto, sua fundação concretizada não possui uma data específica, tal qual o livro-reportagem. Porém, seu ponto de partida também se dá no século XIX, na Europa, como um subgênero da literatura. Período esse, que nem o próprio jornalismo estava firmado da forma como o conhecemos hoje, sendo uma atividade intelectual e política, em que sua ligação com a literatura não estava nem um pouco estabelecida (Belo, 2006).

Como nos demais países, o jornalismo vem a se entrelaçar com a literatura, mas tendo seu início posteriormente. Somando-se a um contexto político, além dos folhetins que se traduzem hoje em crônicas, a obra *Os sertões*, escrita por Euclides da Cunha no ano de 1902, é reconhecida como o primeiro livro-reportagem brasileiro

e o maior exemplo sobre o estopim da convivência dos discursos jornalísticos, literários e políticos no país (Cosson, 2005).

É possível identificar outro exemplo de marco do jornalismo literário no Brasil, desta vez, na década de 40. O autor da obra *A milésima segunda noite da avenida Paulista*, Joel Silveira, foi pioneiro no uso do estilo no país. O jornalista defendia a grande reportagem como um escape para as vozes reprimidas consequentes da ditadura do Estado Novo, no período de 1937 a 1975 (Pena, 2008). Assim, ao revisitar as raízes do livro-reportagem, pode-se identificar seu primordial envolvimento diante de questões sociais e políticas postas pela realidade.

A expansão da possibilidade de um jornalista escrever um livro-reportagem, assim como a expansão, potencialização e maior reconhecimento do jornalismo literário, é marcado pelo surgimento do Novo Jornalismo, que se inicia em meados de 1960 nos Estados Unidos. Pena (2008) explora as razões que levaram os jornalistas a buscarem uma nova forma de trabalho.

O que vai proporcionar o advento do Novo Jornalismo contemporâneo na década de 1960, nos Estados Unidos, é a insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade do texto jornalístico, expressas na famosa figura do *lead*, uma prisão narrativa que recomenda começar a matéria respondendo às perguntas básicas do leitor (Pena, 2008, 53).

Posto que a imprensa tradicional trazia uma limitação expressiva quanto a subjetividade e o aprofundamento das pautas, o livro-reportagem também começa a ser utilizado como modo de burlar esse sistema e ocupar espaços ainda não explorados pela mídia.

O livro-reportagem cumpre um relevante papel, preenchendo vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários da televisão, até mesmo pela internet quando utilizada jornalisticamente nos mesmos moldes das normas vigentes na prática impressa convencional (Lima, 2004, p. 4).

A partir dos anos 50, a humanização já começava a ser valorizada nos veículos jornalísticos, principalmente voltada às fontes de informação. Em sequência, os novos jornalistas dos anos 60, liderados pelo embasamento teórico de Tom Wolfe, fomentaram ainda mais o despertar para os traços humanos subjetivos (Medina,

2002). Por conseguinte, no exercício de romper com a abordagem e com as formas de apresentação do trabalho jornalístico, a humanização ocupa uma importância significativa.

3.1 Humanização

Recurso indispensável do jornalismo literário, define-se como o “processo de seleção de determinados traços do indivíduo ou de uma situação com o objetivo de pôr em destaque a vivência humana comum e geral” (Medina, 2002, p. 92).

É irrefutável o poder do jornalismo em construir as camadas para uma narrativa humanizada, se for de seu desejo. Afinal, gerado justamente pela capacidade humana de criar sistemas de comunicação, o jornalismo como um todo “incorpora os influxos humanizadores desse pensamento moderno, o que lhe proporciona a oportunidade de operar no processo de humanização da sociedade” (Ijuim, 2011, p. 4).

Para Medina (2002), o perfil humano contribui para esse sistema e é uma das subdivisões do conceito de grande entrevista. Ele contraria a lógica periódica e tradicional dos veículos de notícias diárias, mas abre caminhos bem mais interessantes, como o do livro-reportagem.

O depoimento desceu ao subsolo do entrevistado, afloraram traços de sua personalidade, revelaram-se comportamentos, valores. É a *humanização* conquistando um espaço na comunicação coletiva. O jornalismo noticioso ortodoxo não admite esses luxos com o indivíduo, que não merece tanto espaço (Medina, 2002, p. 51).

Ijuim (2011) traz a ideia de que se há o jornalismo humanizado, existe o jornalismo que desumaniza em oposto. Para isso, analisa determinadas reportagens e classifica os exemplos do que seria esse jornalismo desumanizado, características que o jornalismo humanizado busca enfrentar.

A rigor, o problema está antes do trabalho de apuração, mas na concepção da pauta. A pauta já estava imbuída de propósitos, convicções, certezas, crenças com raízes profundas. [...] A carga de preconceitos e o reforço de estereótipos, entre outras mazelas, são insistentemente inculcados na audiência de modo a intensificar a intolerância e o desrespeito ao diferente. O que é preocupante (Ijuim, 2011, p. 9-10).

O bom repórter busca justamente a representação, e principalmente, o entendimento daquele outro tão diferente. O entrevistado e o entrevistador são, em simplicidade, apenas duas pessoas que estão compartilhando uma troca sobre as coisas da vida, seus juízos de valor e conceitos específicos. Enquanto esse processo acontece, ambas as partes se modificam com o auxílio da outra, e precisam estar abertas para isso (Medina, 2004). Por essa razão, o trabalho da escolha dos personagens para uma pauta e a importância das entrevistas definem o comprometimento com a humanização de um livro-reportagem.

3.2 Personagens

O jornalista, ao desejar sustentar os traços da humanização em seus projetos, deve estar preparado para entrevistas que fogem de um roteiro pré-estabelecido e disponível para ouvir um tanto de histórias fora da curva. Afinal, todo personagem selecionado é um ser subjetivo.

Ao lidar com o perfil humanizado, consciente ou inconscientemente se faz presente o imaginário, a subjetividade. Como enquadrar nos limites de um questionário fechado, numa cronologia rígida, de uma presentificação radical uma personagem que ultrapassa esses ditames? [...] O entrevistado passeia em atalhos, mergulha e aflora, finge e é, sonha e traduz seu sonho, avança e recua, perde-se no tempo e no espaço (Medina, 2002, p. 43).

Contudo, não é toda fonte que possibilita tal aproximação. Para isso, é necessário que a técnica da escolha das fontes fuja do padrão da redação e dos rostos já conhecidos como coringas para determinados assuntos. É preciso contar com a diversidade e com a assertividade das definições. “A seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados descobertos” (Medina, 2002, p. 37).

Isto se alinha com uma das classificações da teoria elaborada por Pena (2008), a Estrela de Sete Pontas, que busca caracterizar o jornalismo literário em sete conceitos. Uma das pontas é chamada de “evitar os entrevistados de plantão”. Esses

entrevistados, são sujeitos que sempre aparecem na imprensa ou que possuem um cargo público ou institucional de destaque.

Como não há tempo no jornalismo diário, os repórteres sempre procuram os personagens que já estão legitimados neste círculo vicioso. Mas é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados (Pena, 2008, p. 15).

Após a determinação das fontes, o processo da entrevista e o tratamento dado ao indivíduo é crucial para o desenrolar da pauta e a escrita de um livro-reportagem. Com esse propósito, é fundamental adotar uma abordagem profundamente respeitosa e empática. Quando um repórter se dedica a compreender verdadeiramente o entrevistado, assemelhando-se a um observador de uma obra de arte da natureza, os fluidos positivos dessa percepção podem, de maneira complexa, influenciar a percepção do próprio entrevistado (Medina, 2002).

Essa prática, marcada pela empatia e pelo respeito genuíno, é essencial no contexto do livro-reportagem, pois não apenas fortalece a conexão entre o repórter e o entrevistado, mas também enriquece a narrativa final, tornando-a mais autêntica. Uma conclusão é certa: o subjetivo sempre está presente. Partirá do repórter explorar ou não esse caminho.

Diz-se: o domínio do jornalismo é o do real aparente e imediato. Mas, ao se tratar do Homem, seja ele personagem ficcional ou fonte de informação, não há como desvincular essa ambigüidade entre o real e o sonho, o objetivo e o subjetivo (Medina, 2002, p. 45).

Em vista disso, o personagem é quem dita a matéria, a reportagem e o livro-reportagem. Nesse último caso, há espaços para maiores desenvolvimentos e a escuta profunda de um maior número de pessoas. O contexto histórico, a pesquisa, a observação e o texto literário, nada disso vale se não existir, no mínimo, uma pessoa além do repórter para contar a história. “Em toda matéria, o homem é sempre o mais importante — e um exemplo vale mais do que mil tabelas estatísticas” (Kotscho, 2003, p. 68).

3.3 Registro temporal

De acordo com Lima (2004), o livro-reportagem destaca-se por sua natureza não periódica e por seu caráter quase sempre monográfico. Além disso, o conceito de atualidade no contexto do livro-reportagem deve ser compreendido sob uma ótica de maior elasticidade do que o aplicado às publicações periódicas. Isso implica que, ao contrário dos meios de comunicação periódicos, o livro-reportagem não está restrito a uma agenda rígida, permitindo uma exploração mais profunda e reflexiva dos temas abordados.

Essa exploração se aplica também ao registro temporal do acontecimento retratado na obra, trazendo ao jornalista o poder de abranger o passado, o presente e os sinais futuros de um tema. Porém, “prevalece a ‘presentificação’ do tempo. O exemplo é simples: toda vez que lemos um texto sobre o que já passou, estamos dando nova forma àquele acontecimento” (Pena, 2008, p. 76).

Essa exploração temporal no contexto do livro-reportagem é crucial para os jornalistas, pois lhes confere a capacidade de transcender as limitações cronológicas, podendo alterar a ordem óbvia de uma narrativa sem que o sentido do real se perca. Lima (2004), reforça a ideia de que o tempo presente é o central, mas a pesquisa histórica de um enquadramento é essencial. “O livro-reportagem permite esse retorno ao *que já foi* para lhe reposicionar em termos do que este representa *hoje*, transformando, reequipado de nova vestimenta” (Lima, 2004, p. 46). Portanto, a habilidade do livro-reportagem de encapsular o passado e situá-lo para o leitor no presente é um dos desafios de quem escreve esse tipo de material.

Esse recurso narrativo ilustra-se no relato de Kotscho (2003), que após fazer uma reportagem sobre mordomias dos superfuncionários do governo brasileiro, sentiu a necessidade em querer ampliar e aprofundar a questão, justamente voltando na década anterior e recapitulando os possíveis acontecimentos que ainda reverberavam em seu presente.

Já não queríamos apenas fazer uma denúncia sobre privilégios e desmandos, mas mostrar como o Brasil havia chegado àquela situação, uma década depois do golpe militar que vinha “combater a corrupção” e “instaurar a moralidade” nos negócios públicos (Kotscho, 2003, p. 52).

Para fazer o leitor compreender uma questão em sua totalidade, se torna imprescindível que os caminhos até o conflito relatado sejam redesenhados e trazidos para a ideia da contemporaneidade. É dentro da ampliação do espaço e do tempo de um tema, que o objeto principal, o estopim que motivou a reportagem, esteja no centro de um grande conjunto de círculos que o destrincham.

É como uma casca de cebola. Tira-se uma camada, existe outra embaixo, tira-se esta, uma terceira surge. A tarefa do livro-reportagem é encontrar, selecionando para abordagem, em cada caso, tantas camadas quantas sejam necessárias para ajudar o leitor a perceber o alcance do tema de que se trata dentro da cebola (Lima, 2004, p. 43).

Em meio a essas camadas, muitas retratantes do passado, estão também as que conduzem ao futuro. Ao registrar a história por meio da reportagem, o jornalista não apenas documenta eventos específicos, mas também expressa seu senso poético ou literário, tornando-se um representante da filosofia da época. A seleção cuidadosa de palavras e a capacidade de antecipar possíveis desenvolvimentos ou soluções não apenas implicam a habilidade do jornalista em contar histórias, mas também indicam uma forma de filosofar e refletir sobre os eventos narrados. O jornalista não necessita do dom de prever o futuro, mas pode fornecer suprimentos para o leitor que o conscientize sobre prováveis perspectivas ou desdobramentos dos fatos expostos (Guirado, 2004).

Em síntese, a reportagem em livro, com sua propriedade de armazenar maior conteúdo que os limites da imprensa diária permitem, é colocada como um portal capaz de situar o público no passado e no futuro. Mas além disso, no contexto temporal, desempenha um papel fundamental ao registrar para estudos vindouros como uma situação está progredindo desde o momento em que a obra foi escrita.

No atual momento histórico, em que ciências e o conhecimento humano se tornam cada vez mais complexos, é difícil acompanhar com propriedade o sentido dessa evolução. Mas o livro-reportagem pode prestar uma grande colaboração. Daí sua força (Lima, 2004, p. 359).

Assim, mostra-se que um livro-reportagem não apenas permite uma exploração aprofundada e multifacetada de temas ao longo de várias linhas temporais, mas também desempenha um papel atemporal. Em um mundo onde os modelos de

comunicação estão constantemente evoluindo, o livro-reportagem mantém seu propósito, preservando suas características fundamentais e construindo memória de inúmeras histórias.

3.4 O jornalista

Para atingir com sucesso todos os modos de trabalho citados anteriormente neste trabalho, o jornalista precisa estar disposto a abandonar, em algum nível, o conceito da objetividade e da imparcialidade jornalística.

[...] a grande questão em jogo é a do mito da objetividade. Não pode haver neutralidade, imparcialidade, verdade absoluta, quando os mecanismos de captação do real são condicionados por uma série de fatores pessoais — do repórter, sua formação, sua cosmovisão — e conjunturais — da empresa jornalística, seu escopo ideológico, seus comprometimentos nos planos econômico, político, social —, que limitam a compreensão do mundo (Lima, 2004, p. 100).

Nesse sentido, sobre o Novo Jornalismo em contraste com o tradicional jornalismo de redação, Pena (2008) afirma que os repórteres são encorajados a adotar uma abordagem mais subjetiva e a se distanciarem da ideia de terem uma personalidade apagada. Isso implica que eles não precisam assumir o papel de chatos com pensamentos prosaicos, obedecendo estritamente às diretrizes dos manuais de redação. Em vez disso, o texto jornalístico deve incorporar um valor estético, fazendo uso contínuo de técnicas literárias para enriquecer sua narrativa.

Mais do que isso, também confrontando a mídia tradicional, o repórter precisa ter o desejo de assumir seu local de escritor da obra, aceitando suas próprias interferências no contexto em que se adentrou para produzir seu livro-reportagem.

O livro-reportagem é uma obra de autor. A presença expressiva de seu realizador é, muitas vezes, marcante. Desvinculado, ao menos em tese, de comprometimentos com o nível grupal, com o nível de massa e com o nível pessoal tal qual limitado nas grandes empresas jornalísticas [...] (Lima, 2004, p. 83).

Assim, é crucial que o jornalista não apenas transmita informações objetivas, mas também suas experiências e sentimentos durante a cobertura. Essa abordagem

humana e empática é o que torna o jornalismo não apenas informativo, mas também humanizado, ultrapassando o cuidado com as fontes e abrangendo também a figura do repórter.

Tristeza e alegria. Estes sentimentos se alternam nos trabalhos de cobertura e não há como o repórter ficar insensível — nem deve. Afinal, ele é antes de mais nada um ser humano igual aos seus leitores, e precisa transmitir não só as informações, mas também as emoções dos acontecimentos que está cobrindo (Kotscho, 2003, p. 32).

O fundamental do jornalismo não é a imposição de uma neutralidade inabalável, que tira a experiência do repórter da narrativa. O indispensável é sua credibilidade, seu maior patrimônio. Além disso resultar em leitores fiéis, o personagem escolhido para sua história se sente mais confiante em relatar violências delicadas do seu cotidiano (Kotscho, 2003).

3.5 A conexão do livro-reportagem e dos direitos humanos no contexto brasileiro

Assim como no panorama do jornalismo em sua totalidade, muitos dos movimentos, obras e autores que contribuíram para o desenvolvimento do jornalismo literário, e, por extensão, para o livro-reportagem, foram influenciados por eventos políticos e sociais marcantes. Esses contextos históricos desempenharam um papel significativo na formação e evolução do livro-reportagem e sua conexão com a valorização dos direitos humanos, moldando-os no que são hoje.

Após o período de destaque do Novo Jornalismo, emerge o *New New Journalism*, termo cunhado por Robert Boynton, como um movimento mais focado na efetivação de mudanças na sociedade, impulsionado principalmente por questões ativistas. Ao investigar culturas marginalizadas, dar voz às pessoas invisíveis e examinar rotinas cotidianas, os praticantes desse estilo de jornalismo se empenham em desafiar normas sociais, questionar valores e apresentar soluções concretas, assumindo, desse modo, um papel militante (Pena, 2008).

Nesse contexto, o engajamento político transcende inclusive o apreço pela qualidade literária do texto, evidenciando um comprometimento com os direitos

humanos: “Os novos autores querem desempenhar um papel mais político que literário. E isso fica patente nos assuntos escolhidos por eles e nas respectivas estratégias de imersão” (Pena, 2008, p. 61).

O papel social e político se tornava um fator considerado inclusive nas decisões de pauta, determinando significativamente o nível de envolvimento do jornalista com o tema em questão, seja no contexto centrado, nos ideais políticos ou nas histórias dos próprios personagens.

Guardadas as devidas diferenças de estilo e procedência, todos fazem parte de uma geração cujo engajamento em questões sociais é condição essencial para o exercício da profissão. Mais do que jornalistas, eles são ativistas (Pena, 2008, p. 61).

Já no Brasil, um dos principais motivos para a existência do romance-reportagem e do livro-reportagem foi a ação da censura, vinda do período ditatorial que teve seu ápice na década de 70. Assim, esses materiais serviam como resistência e resposta à repressão para o campo do jornalismo (Cosson, 2005).

É nessa realidade de confronto e tentativa de expressão, que o livro-reportagem assume um papel de denúncia das violências ocorridas.

Forçados pelas imposições da ditadura militar, os jornalistas e outros agentes culturais passaram a buscar em outros lugares o espaço que lhes era negado nos jornais. É nesse contexto que a literatura, pouco vigiada por suas baixas tiragens e consumo aparentemente circunscrito à elite, assume o papel de resistir politicamente às arbitrariedades, denunciando e revelando as verdades omitidas no silêncio imposto, a história mascarada pela versão oficial (Cosson, 2005, p. 61).

Outro autor que analisa o papel do repórter na ditadura brasileira é Kotscho (2003), que indica que não existia a escapatória, já que o exercício de sua profissão era justamente retratar a realidade, mesmo dura como era, e lutar para transformar o que era injusto e desumano, pois “[...] só assim vale a pena ser repórter, apesar de tudo, em qualquer época e em qualquer lugar” (Kotscho, 2003, p. 9).

Esse período simboliza uma grande violação dos direitos humanos, assim como tantas outras que ocorreram ou que seguem violando sujeitos na atualidade do país. Mesmo hoje, ainda são produzidas reportagens especiais e livros-reportagem sobre o regime ditatorial, focadas principalmente no esforço em garantir a memória

das pessoas torturadas, desaparecidas e assassinadas, e a punição dos envolvidos. Assim como nesses casos, o repórter pode integrar-se com outras organizações e sujeitos à procura de uma sociedade democrática.

À semelhança dos movimentos populares da época, o romance-reportagem alinha-se entre as diversas vozes que desmascaram o regime e apontam para a necessidade da democracia e a construção de uma sociedade mais justa (Cosson, 2005, p. 63).

No quesito de registrar para fazer memória, o jornalista conduzindo um livro-reportagem possui os atributos necessários para tal. Ao poder trazer toda uma linha temporal da mesma centralidade, resgatando o psicológico, o político e o social de uma época cruel.

Pela reconstrução que faz o narrador, é ultrapassado o limite seco, diminuto, da informação concreta nua e chega-se a uma dimensão superior de compreensão tanto dos atores sociais como da própria realidade maior em que se insere a situação examinada (Lima, 2004, p. 127).

Bem como trazer o jornalista para o campo social, o livro-reportagem tem o poder de impactar a audiência, levando-a a contemplar as implicações de realidades diferentes das suas próprias. Ele instiga o leitor a se enxergar como parte de um universo coletivo, onde as violações retratadas acontecem no mesmo espaço em que ele vive. Assim, o formato apresenta “uma proposta de autodescoberta do Eu naquilo que tem de porção coletiva do Nós” (Lima, 2004, p. 144).

O comprometimento do jornalista com a questão comunitária, pode gerar essa transformação não apenas com seus esforços, mas através da comoção pública. Ao refletir sobre a ampla repercussão de uma reportagem sobre uma família vivendo em situação de fome no estado de São Paulo, e as conseqüentes ações de ajuda que se seguiram após sua publicação, o jornalista vai além das noções escritas nos manuais de jornalismo.

Algumas dezenas de pessoas e empresas descobriram que havia gente passando fome na cidade — e, embora não conste em nenhum manual de Jornalismo que o repórter tem, entre outras, a função de acabar com a fome, sempre é bom poder ajudar alguém com aquilo que a gente escreve (Kotscho, 2003, p. 67).

Retornando ao conceito de *drama social* colocada por Kotscho (2003), o autor segue reafirmando a função do jornalista a um ator social que pode e que deve produzir para alcançar mudanças e defender a segurança dos direitos humanos.

Sinal de uma época, o drama social em que todos acabam sendo vítimas, [...] de tanto se repetir acaba deixando muitos jornalistas insensíveis. Cabe ao repórter colocar esta realidade — para que ela possa ser mudada, e não camuflada — todos os dias nos jornais (Kotscho, 2003, p. 63).

Ao concluir, evidencia-se uma conexão substancial entre o jornalismo, a literatura e os direitos humanos, culminando nas narrativas apresentadas no formato de livro-reportagem. Esse entrelaçamento entre essas áreas distintas não apenas demonstra a interseção praticamente inseparável das áreas, mas também revela a potência delas na criação de narrativas profundas e socialmente relevantes.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, a autora visa apresentar detalhadamente a metodologia adotada na elaboração deste trabalho de conclusão de curso. É evidenciado o processo da pesquisa bibliográfica, o qual já foi delineado nos capítulos anteriores, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre o método empregado. Além disso, o capítulo busca contextualizar as abordagens subsequentes que serão exploradas: a pesquisa qualitativa e, em centralidade, a análise de conteúdo. Portanto, os esclarecimentos postos definem a relevância das metodologias utilizadas e traçam uma trajetória clara sobre como a pesquisa e as obras foram coletadas, organizadas e interpretadas.

É preciso reiterar as hipóteses, o problema principal e os objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, a investigação sobre como o formato do livro-reportagem contribui para a defesa dos direitos humanos por meio da atuação jornalística emerge como o centro. Para isso, é conduzida uma análise aprofundada do livro-reportagem "Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo", escrito por Eliane Brum, que expõe transgressões enfrentadas pelos diversos povos que habitam a região da Amazônia Legal. Através desta análise, busca-se identificar e compreender a importância intrínseca do jornalismo, especialmente no formato de livro-reportagem, na promoção de uma cultura de direitos humanos no contexto brasileiro. Todos os procedimentos determinados para a metodologia se alinham para responder essas questões norteadoras que a autora dispõe desde o início da monografia.

4.1 Pesquisa bibliográfica

Como metodologia estrutural, esta monografia pretende abordar visões teóricas de pesquisadores e jornalistas selecionados, dispostas através do método da pesquisa bibliográfica. Köche (2002) aponta que neste tipo de procedimento desenvolve-se a explicação do problema através da consulta de conhecimentos obtidos nas teorias presentes em livros ou outras obras acadêmicas. Seu objetivo é o de apresentar para o pesquisador as contribuições já existentes dentro do tema, se tornando uma metodologia indispensável.

Pode se utilizar a pesquisa bibliográfica com diferentes fins: a) para ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação de hipóteses; c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema (Köche, 2002, p. 122).

Não obstante em apenas apresentar os conhecimentos absorvidos, é necessário um processo de costura dos posicionamentos para que se chegue a um entendimento comum sobre as temáticas e para que o problema principal da pesquisa, assim como sua análise final, seja contemplado. Os pilares desta etapa da pesquisa são os temas: direitos humanos no jornalismo e livro-reportagem.

Primeiramente, aborda-se a conexão entre o jornalismo e os direitos humanos, que serve de apoio para a maior compreensão das características colocadas em evidência sobre a obra de Eliane Brum, analisada no próximo capítulo. Examina-se os marcos históricos, políticos e sociais que constroem essa ligação principalmente no contexto brasileiro, as semelhanças entre as normas estabelecidas sobre direitos humanos e as bases da ética jornalística, bem como o processo de reconhecimento do indivíduo que exerce essa profissão como um defensor ou ativista a favor dos direitos humanos.

Para isso, é indispensável a fundamentação através dos materiais que são citados ao longo da monografia, escritos por Kucinski (2000), Lima (2004), Abramo (2006) e Ramonet (2013) que esclarecem convicções básicas do jornalismo como um todo, seguidos por Kotscho (2003), Serrano (2013), Liesen (2020), Antonelli (2020) e demais autores que discorrem e ampliam a percepção sobre os elementos dos direitos humanos refletidos na atuação jornalística.

Em sequência, o mesmo se aplica aos estudos sobre o livro-reportagem, que moldam a escolha pelo objeto de estudo central. Verifica-se sua base, sendo o jornalismo literário, sua história, as peculiaridades do formato e, por fim, sua ligação intrínseca, assim como a do jornalismo como um todo, com a produção de conteúdo voltada aos princípios dos direitos humanos.

Ao estabelecer estes conceitos, serão consultados os autores Lima (2004), Pena (2008), Guirado (2004) e Belo (2006) que discursam sobre os principais atributos do livro-reportagem e do jornalismo literário. Em adição, Ijuim (2011) e Medina (2002) colaboram para os estudos sobre humanização e personagens, enquanto Kotscho (2003) retornando junto a Cosson (2005), trazem o teor político e social dos discursos voltados ao livro-reportagem.

O conjunto de ambos os estudos busca trazer o entendimento concreto sobre o poder dos livros-reportagens produzidos atualmente, como é o caso do livro escolhido para análise, em aprofundar a narrativa e a pesquisa de determinadas situações que ocorrem no país, invisíveis e distantes da atenção do restante da população. Também procura-se fundamentar como essas produções refletem na difusão de informações sobre direitos fundamentais e suas violações no Brasil.

O objetivo geral da pesquisa bibliográfica deste trabalho é demonstrar a alta capacidade do formato estudado para construção de narrativas que registrem memória, gerem conscientização nos leitores e denunciem publicamente violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, por empresas e por sujeitos. Assim, abre-se um espaço que ancora a etapa da análise. Os autores consultados para a concepção de metodologia são Köche (2002), Bardin (2009) e Guerra (2014).

4.2 Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa procura capturar as complexidades e nuances dos dados, valorizando a riqueza dos detalhes e contextos envolvidos nos fenômenos estudados. Segundo Guerra (2014), movimentar-se seguindo os atributos deste tipo de pesquisa significa interpretar os sujeitos, tanto os que estão dispostos na narrativa, como os que estão coordenando sua produção, de maneira subjetiva e complexa, sem se preocupar em quantidades numéricas e estatísticas fechadas.

Para cientistas da sociologia e antropologia, pioneiros no uso da pesquisa qualitativa, as ciências sociais têm sua especificidade. Normalmente, o objeto de estudo envolve pessoas que agem de acordo com seus valores, sentimentos e experiências, que estabelecem relações próprias, que estão inseridas em um ambiente mutável, onde os aspectos culturais, econômicos, sociais e históricos não são passíveis de controle, e sim de difícil interpretação, generalização e reprodução (Guerra, 2014, p. 11).

Em conformidade com a próxima metodologia a ser apresentada, a pesquisa qualitativa se insere como complementar na análise de conteúdo, auxiliando principalmente na contemplação dos resultados.

[...] pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual (Bardin, 2009, p.142).

Desta forma, nas palavras de Bardin (2009), a pesquisa qualitativa vem e é defendida para análise de conteúdo em situações particulares, validando seu processo de elaboração de deduções ou variáveis sobre um determinado acontecimento.

4.2 Análise de conteúdo

Para estudar o objeto selecionado, esta monografia emprega a metodologia da Análise de Conteúdo, conforme desenvolvida por Bardin (2009). Esta técnica envolve uma observação sistemática do material de pesquisa, correlacionando-a com teorias científicas. A Análise de Conteúdo proporciona uma abordagem estruturada e meticulosa para extrair significados e padrões.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2009, p. 33).

Nesta perspectiva, o papel do analista é duplo: primeiro, envolve a compreensão profunda do conteúdo, capturando não apenas sua essência, mas também como ele é percebido pelo público em geral; segundo, implica na interpretação de novos significados e possibilidades presentes em uma mensagem readaptada, sustentada pelo contexto da pesquisa, que se mescla à mensagem perceptível aos olhos de todos (Bardin, 2009).

Em sua obra, Bardin (2009) ressalta que qualquer produto que possua um mensageiro e um receptor, característica vinculada às comunicações, pode se tornar um recorte a ser explorado e destrinchado pela análise de conteúdo. Isso, desde que se respeite a premissa original da objetividade e subjetividade da metodologia.

A análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares (Bardin, 2009, p. 46).

Logo, para alcançar tamanho desempenho, é necessária a organização da análise, que se divide em três etapas: pré análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Bardin, 2009).

4.2.1 Pré-análise

A pré-análise é um passo importante para o aprofundamento da interpretação e para que a classificação e detalhamento dos resultados estejam de acordo com as hipóteses e objetivos iniciais do analista. Porém, sua operação é bem simplória, focalizando esforços na organização e sistematização da teoria que já foi consultada e das possibilidades de recortes e produtos para análise.

Para que se conclua, a pré-análise precisa atingir os seguintes objetivos: a curadoria e seleção dos documentos que serão investigados, a declaração e fechamento das hipóteses, do problema e dos objetivos do estudo e, por fim, o desenvolvimento dos indicadores que vão sustentar a exploração do material e as compreensões finais (Bardin, 2009).

Primordialmente, iniciou-se o trabalho com o levantamento e a escolha do documento focal para a análise. Com esse propósito, foi realizada a leitura flutuante, classificada por Bardin (2009), de alguns dos outros livros-reportagens recentemente ganhadores ou recebedores de menções honrosas de premiações de jornalismo e direitos humanos. A técnica consiste em ler um texto deixando que impressões e observações venham de forma natural para o analisante. Assim, através das primeiras hipóteses colocadas, encaixa-se ou descarta-se a aplicação do material na sistematização final.

4.2.1.1 Escolha do objeto

Neste estudo sobre livro-reportagem e direitos humanos, o foco recai sobre o objeto de estudo escolhido, a obra “Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo”, escrita pela jornalista Eliane Brum. A seleção e separação desse material foi guiada pela hipótese da autora, que supõe que abordando toda a profundidade esperada de um livro-reportagem, mesmo ao tratar de um tema vasto e complexo como a Amazônia, o material é um exemplo valioso para ilustrar os conceitos discutidos. A humanização, o uso de personagens diversos, a detalhada estrutura temporal e a presença marcante da jornalista na narrativa mostram-se evidenciadas. Todos esses elementos estão dispostos de forma concreta, tornando este livro um representante exemplar das características essenciais de uma narrativa humanística, tanto dentro do contexto jornalístico quanto no específico campo do livro-reportagem.

A escolha da obra para análise também se determina pelo prestígio que recebeu na categoria de livro-reportagem no Prêmio Vladimir Herzog de 2022. Tendo já sido explorada anteriormente, a movimentação histórica dessa premiação acerca da categoria de livro-reportagem se mostra relevante para a pesquisa, pois estabelece mais um elo entre o livro-reportagem e direitos humanos. Através dessa constatação, que também motivou e justificou a escolha do tema desta monografia, é interessante observar as causas para esse retorno recente e significativo da categoria para o reconhecimento público. Assim, a obra de Eliane, sendo um marco desse processo, já que recebeu o prêmio logo após a volta da categoria, se mostra, mais uma vez, como um bom objeto de análise.

Outro recurso utilizado foi a regra de “pertinência”, que consiste em encontrar um material que se qualifique como adequado para constituir o problema inicial proposto na pesquisa e levantado na discussão teórica. Portanto, aperfeiçoa a hipótese e os objetivos tomados na construção do projeto inicial, visto que “uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos da análise” (Bardin, 2009, p. 124). Assim, para a hipótese de que o livro-reportagem é um eficaz formato jornalístico para a condução de informações relevantes sobre direitos humanos no território brasileiro, a obra “Banzeiro òkòtó” se mostrou completamente propícia.

4.2.1.2 Categorização

Ainda na etapa de pré-análise, um processo fundamental é a categorização, que envolve a classificação de elementos em grupos específicos com base nos critérios previamente definidos. Embora não seja obrigatória, a categorização é amplamente utilizada na análise de conteúdo. Existem dois métodos para preparar as categorias: um antes da leitura do material, identificando elementos que se encaixam nas categorias já estabelecidas, e outro após a leitura completa, identificando padrões comuns e refinando as categorias, sendo esta última a opção que se utiliza para a definição deste trabalho.

O sistema de categorias não é fornecido, antes resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por <<acervo>>. O título conceptual de cada categoria somente é definido no final da operação (Bardin, 2009, p. 147).

Serão examinadas três categorias determinadas previamente pela autora da monografia: personagem, denúncia e uso de primeira pessoa. Selecionados de forma estratégica, seguem as qualidades de categorização acordadas por Bardin (2009), como a pertinência, a fidelidade e a produtividade ao tema de pesquisa e ao recorte analisado.

A categorização também ocorreu a partir dos conceitos elaborados por Lima (2004) apresentando diferentes abordagens possíveis dentro de um livro-reportagem, sendo pertinentes as classificações “livro-reportagem retrato” para “personagem”, “livro-reportagem denúncia” para a “denúncia” e “livro-reportagem ensaio” para “uso de primeira pessoa”.

Tais divisões, por fim, foram articuladas para explicitar os pontos que racionalizam o processo da análise de conteúdo e seguem os critérios de codificação propostos por Bardin (2009): a unidade de registro “o acontecimento” se traduz na seleção para análise de uma das denúncias postas por Eliane Brum, a fim de interpretar as intenções da repórter como defensora de direitos humanos. Já a unidade “o personagem”, mais uma possibilidade de codificação, é refletida ao indicar a própria Amazônia como personagem principal da narrativa e a própria escritora da obra para

analisar o uso da primeira pessoa, ou seja, o relato pessoal de Eliane Brum e como ele modifica a sensibilidade no texto. O contexto geral, a autora e o tema do livro também serão apresentados brevemente para situar sua aproximação com o restante do trabalho.

4.2.2 Exploração do material e tratamento dos resultados

Para Bardin (2009), apesar de ser uma fase longa da Análise de Conteúdo, a exploração do material é vista de forma simples: aplicar toda a organização formulada na etapa anterior, seguindo as categorizações e regras propostas. Dessa forma, tal processo estará disposto mais detalhadamente no corpo da análise.

Em consequência, os resultados que são obtidos ao final não apenas validam as hipóteses e objetivos, mas também fornecem novas possibilidades para a compreensão de um fenômeno em estudo. Sobre a temática investigada, os resultados vêm para oferecerem uma visão detalhada e contextualizada sobre como o jornalismo literário, especificamente no formato de livro-reportagem, contribui para a promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil.

A partir dessas resoluções, é possível identificar padrões, tendências e exceções, proporcionando uma compreensão mais profunda da interseção entre a narrativa jornalística e a luta pelos direitos humanos.

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos –, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (Bardin, 2009, p. 127).

A avaliação dos resultados é realizada com base em critérios narrativos e éticos, considerando os parâmetros do jornalismo e dos direitos humanos. Cada elemento será meticulosamente analisado diante da pesquisa bibliográfica trazida previamente sobre jornalismo e direitos humanos, garantindo que as conclusões sejam sólidas.

5 ANÁLISE DA OBRA “BANZEIRO ÒKÒTÓ: UMA VIAGEM À AMAZÔNIA CENTRO DO MUNDO”

A análise de “Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo” busca ir além da linguagem e do textual, visando desvelar as conexões entre o livro-reportagem, a humanização e os direitos humanos. Através da categorização, explora-se como os personagens são moldados e apresentados, como as denúncias são formuladas e como o emprego da primeira pessoa se transforma em uma ferramenta para aproximar e sensibilizar os leitores.

O sistema de categorias proposto baseia-se em três distintas classificações de livros-reportagem, nomeadamente "retrato", "denúncia" e "ensaio", conforme delineado por Lima (2004). O autor argumenta que uma obra singular tem a capacidade de se inserir em múltiplas categorias ao longo de sua narrativa, destacando que esse movimento é natural, uma vez que as temáticas se entrelaçam e se conectam. Ao detalhar essas categorias específicas, almeja-se enfatizar as características simbólicas que contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos direitos humanos, conforme discutido nos capítulos teóricos apresentados.

Esta pesquisa orienta não apenas o papel de jornalista e de defensora de direitos de Eliane Brum, mas também uma investigação das narrativas carregadas pelos livros-reportagem que informam para uma compreensão coletiva dos direitos humanos. Ao fazê-la, procura-se evidenciar como o formato estudado pode servir como condutor para a promoção de direitos, a preservação da dignidade humana e a transformação social.

5.1 Apresentação da obra

Publicado em 2021, em meio a um cenário político desafiador para os direitos humanos no país, "Banzeiro òkòtó" é contado através da voz consciente de Eliane Brum, que destaca as históricas violências sistêmicas contra os povos da Amazônia, assim como os ataques ambientais à sua fauna e flora. A jornalista, através do exercício de observação, da realização de entrevistas e da habilidade em conduzir a

narrativa entre os capítulos, guia o público para o conhecimento de uma realidade despercebida.

Eliane Brum, nascida em Ijuí, no Rio Grande do Sul, é jornalista, escritora e documentarista. Com oito livros publicados no Brasil, ela se destaca como colunista e colaboradora de veículos de renome internacional, tais como El País, The Guardian e The New York Times. Com uma carreira profissional que abrange 35 anos, Brum acumula outras experiências marcantes, tendo trabalhado anteriormente em veículos como Zero Hora e Revista Época. Atualmente, concentra sua produção jornalística na região amazônica, onde mantém uma conexão de mais de 25 anos com as pautas e realidades locais (Eliane Brum Desacontecimentos, [2023]).

Intitulado “Banzeiro òkòtó”, que vem tanto do povo Xingu que define “banzeiro” como a parte de brabeza de um rio, tanto da língua iorubá que define “òkòtó” como um caracol, animal com uma concha que se amplia e espiraliza até o infinito, o simbolismo do título da obra se complementa em um novo significado dado pela autora que diz que a “Amazônia Centro do Mundo é banzeiro em transfiguração para òkòtó” (Brum, 2021, p. 338). Como última obra lançada da autora, traz uma profundidade aos seus trabalhos mais recentes, que também conversam com seu novo modo de viver, hoje residindo na cidade de Altamira e tendo fundado o Sumaúma, um portal de jornalismo focado na produção de reportagens que contam as histórias que acontecem na Amazônia.

A escritora evidencia que seu foco não é apenas o retrato do sofrimento das pessoas envolvidas nas denúncias, mas também suas histórias de vida, suas conexões com o ambiente em que vivem e suas movimentações fervorosas na luta por direitos. A obra apresenta personagens humanizados e subjetivos, denúncias que se elaboram através das amplas investigações da autora e visões aprofundadas da própria jornalista, que se inseriu no contexto de sua cobertura, se tornando, inclusive, um dos indivíduos que habita a região amazônica.

Seu trabalho também se estende a compreender o cenário político tanto no período que essas transgressões se iniciaram, tanto na situação atual da escrita e lançamento do livro. Sua preocupação com as questões sociais se estende até mesmo no texto, utilizando da linguagem neutra e optando por palavras mais inclusivas e que reflitam a diversidade. Porém, Eliane não apenas utiliza desses e outros recursos,

como informa ao leitor os fundamentos e razões para essas suas preocupações. Nesse desenvolvimento, abre espaço para o cenário de direitos humanos como um todo, apresentando marcos, citando figuras históricas e contemporâneas representativas nas lutas e categorizando os diferentes grupos vulnerabilizados e suas distintas necessidades dentro daquele espaço, como os quilombolas, os indígenas e os ribeirinhos.

5.2 Personagens

Eliane trata a Amazônia como um ser próprio, que se dilui em seus moradores e em seus elementos geográficos, como as florestas e os rios. Da mesma forma, vê ela como um agente transformador de todos que lá pisam.

A Amazônia não é um lugar para onde vamos carregando nosso corpo, esse somatório de bactérias, células e subjetividades que somos. Não é assim. A Amazônia salta para dentro da gente como num bote de sucuri, estrangula a espinha dorsal do nosso pensamento e nos mistura à medula do planeta (Brum, 2021, p. 11).

Assim, este tipo de personificação e método de discurso, pode ser visto em uma das classificações de Lima (2004), chamada de “livro-reportagem retrato”.

Não focaliza na figura humana, mas sim uma região geográfica, um setor da sociedade, um segmento da atividade econômica, procurando traçar o retrato do objeto em questão. Visa elucidar, sobre tudo, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade (Lima, 2004, p. 53).

Portanto, o personagem central da narrativa é a Amazônia centro do mundo. No Brasil, a região também é uma questão central política e de defesa dos direitos humanos, principalmente por abrigar um dos maiores conflitos simbólicos do país, que envolve dois lados, um visando o “desenvolvimento” e outro o “envolvimento” (Brum, 2021). E é justamente no conflito, assim como visto anteriormente neste trabalho, que os jornalistas começam seus grandes trabalhos.

A Amazônia é hoje a fronteira onde é travado o embate contemporâneo entre as forças de destruição (representadas pelas elites extrativistas,

econômicas, políticas e também intelectuais; pelos religiosos e suas igrejas, evangélicas neopentecostais na liderança; pelas grandes corporações transnacionais e pelos bilionários e supermilionários ligados a elas) e as forças de resistência encarnadas pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais da floresta, como quilombolas e beiradeiros (Brum, 2021, p. 67).

Tanto a escritora quanto os entrevistados enxergam todos os elementos que envolvem a região amazônica como vivos e como seres muito mais que humanos. Essa visão se expande para os rios, para as ilhas e para as florestas. Tal característica é notável na passagem a seguir, em que Eliane mostra que os moradores, retirados de sua ilha, também seu lar, para a construção de Belo Monte, não entendiam a possibilidade de algo tão singular quanto aquele espaço pudesse ser vendido e retirado, deixando de existir. “Eram os homens ‘da empresa’. Disseram a ele que sua ilha seria ‘removida’. É sempre curioso perceber o léxico dos assassinos sem sangue. Como uma ilha, um organismo vivo, pode ser ‘removido?’” (Brum, 2021, p. 115).

O capítulo chamado “a Amazônia é mulher” é outra alternativa para analisar-se a personificação da região. Para descrever ao leitor características e transgressões ocorridas no território, Eliane as compara com as violações sofridas pelas mulheres, principalmente as que residem ali. Assim, metaforicamente, é apresentado que mulheres e florestas sofrem nas mãos de homens necessitados de provarem seus poderes. Aproveitando o gancho, a autora defende sua posição ao expor falas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que ainda permanecia em mandato ativo durante a escrita e publicação do livro.

Em 6 de julho de 2019, Bolsonaro fez uma declaração pública: “O Brasil [referindo-se à Amazônia] é uma virgem que todo tarado de fora quer”. Na vasta bibliografia de frases racistas, misóginas, homofóbicas e de incitação à violência cometidas pelo político profissional de ultradireita, nenhuma outra foi tão reveladora da forma como Bolsonaro enxerga e trata a maior floresta tropical do planeta. Para Bolsonaro, a Amazônia é uma mulher cujo corpo lhe pertence para fazer dele o que quiser. Pouco tempo antes, ele havia criticado o “turismo gay” no Brasil, mas fez questão da ressalva: “[Já] quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” (Brum, 2021, p. 36).

Em complemento, as mulheres desempenham um papel crucial na concepção do personagem "Amazônia", uma vez que possuem uma compreensão intrínseca do sentido de coletividade e união em um único ser. A autora destaca esse aspecto ao

abordar a força da luta feminina e como essa dinâmica se expande em uma jornada dedicada à preservação da própria Amazônia, como se todas se incorporassem a esse grande corpo.

Na Amazônia, esse mesmo momento marca o crescente protagonismo das mulheres nas lutas contra a aniquilação. São elas que passaram a responder ao controle do corpo da floresta dispondo, coletivamente, seus próprios corpos na vanguarda dessa batalha. E isso em todas as frentes, da institucional à refrega no chão. As mulheres compreendem que se trata de um corpo só, a violação de um é a violação do outro (Brum, 2021, p. 38).

Todos os outros que têm suas histórias contadas no livro compõem e dão forma a esse personagem Amazônia, que não existiria sem os humanos, povos que ali vivem e sobrevivem, e os mais que humanos, os animais e as matas da floresta, intitulados assim pela própria autora. Ao seguir o caminho de humanizar cada relato das suas fontes e trazer sua própria perspectiva como jornalista e ativista, Eliane evidencia a identidade real desse espaço.

Até então, eu achava possível compreender a floresta sem compreender as ruínas da floresta, contar de povos-floresta sem contar de povos deflorestados. Ao viver na cidade amazônica, quase pude sentir essas conexões se completando no meu corpo. A ponte entre a floresta em processo de se converter em ruínas e a floresta já sepultada por ruínas, a cidade. Tudo isso é a Amazônia (Brum, 2021, p. 210).

Por conseguinte, três outros personagens chamam a atenção durante a leitura do livro-reportagem. É através deles que a humanização mais evidente do texto aparece, complementada pela escrita literária e sensível de Eliane Brum. Para ela, mesmo com o máximo esforço em pesquisa e observação, não alcançaria o ápice de nenhuma história sem encontrar, conhecer e escutar as pessoas certas. “Eu conto histórias de vidas barradas porque não entendo o rio. Minhas reportagens nascem dessa impossibilidade de alcançar a linguagem do Xingu. [...] Então eu escuto as pessoas que mais perto chegaram de habitar o rio” (Brum, 2021, p. 84).

Primeiramente, quem ocupa esse espaço é Otávio de Chagas, que se introduz juntamente ao início da apresentação dos “refugiados de Belo Monte”. Hoje, vivendo em uma periferia na cidade de Altamira, sente que suas raízes foram inundadas pela água.

Tudo o que dizia que ele teve uma vida, amou Maria, fez nove filhos, foi alegre e triste, foi quase violento mas se amansou, tudo isso se liquefez. Até os ossos do seu pai se perderam, sepultado no exato ponto em que décadas depois seria erguido o paredão de Belo Monte. E então Otávio descobriu que um corpo, o do seu pai, poderia ser ao mesmo tempo perdido, esmagado e afogado. E assim também o pai morto já não tinha mais nem lugar nem matéria (Brum, 2021, p. 86).

Na sequência, um entrevistado que aparece muitas vezes distribuído em meio aos capítulos é João Pereira da Silva, o qual Eliane acompanhou desde a primeira entrevista, em que ele se sentia desesperançado, até o retorno de seu propósito, na atuação ativa em projetos sociais e na busca pela justiça. A próxima passagem evidencia um dos piores momentos de João, ainda captado pela jornalista no primeiro contato de ambos.

Era a semana de 7 de setembro de 2015. E, dias antes desse encontro, João quis ir até a ilha para se matar como mártir. João quis se incinerar com a família na ilha queimada. E foi impedido por Raimunda. “Quero que o mundo saiba que Belo Monte me matou” (Brum, 2021, p. 261).

Por fim, seguindo a linha de personagens que enriquecem a representação de seu território, neste próximo trecho, é contada uma pequena, mas simbólica parte, da história de Raimunda Gomes da Silva, beiradeira expulsa de Belo Monte e companheira de vida de João, que em meio ao desespero, retornou a sua ilha em chamas para salvar o que conseguisse.

Ela estava ainda no meio do caminho de rio, tentando alcançar a ilha para ao menos tirar seus móveis e ferramentas, bem como resgatar as plantas menores, quando atearam fogo. Não sobrou nada, e ela cantou para as árvores e flores que não pôde socorrer, produzindo esta cena, a de uma mulher negra e muito magra sozinha, cantando numa ilha assassinada (Brum, 2021, p. 118).

Desta forma, mesmo ao trazer os lados desta destruição, seja pelo canto de Raimunda, pela busca de barco feita por Otávio atrás de sua terra tomada ou pelo desejo de morrer como forma de protesto de João, o personagem Amazônia se constrói em frente aos olhos do leitor, nem sempre tão esperançoso, mas sempre resistente.

Amazônia Centro do Mundo é um conceito — e é um movimento. Quando eu e outros afirmamos a centralidade da Amazônia não estamos tentando fazer um jogo de palavras ou um apelo retórico, mas demandando um deslocamento real — ou exigindo o reconhecimento daquilo que é, mas é tratado como se não fosse (Brum, 2021, p. 337).

Conclui-se na análise, ao explorar a categoria "personagens", que a escritora alcança com êxito o conceito de humanização, estendendo-o até abranger toda uma região. Para isso, a seleção das fontes valoriza a voz comum daqueles que tiveram poucos poderes para protestar contra tudo que os ocorreu. As entrevistas são conduzidas e compartilhadas com o leitor, desde a revelação dos métodos da jornalista, que envolvem encontrar, dialogar e imergir na vida daquelas pessoas, até a publicação das próprias palavras dos personagens, conferindo uma profundidade significativa à narração das atrocidades que passaram.

5.3 Denúncias

O conceito de denúncia, quando associado ao jornalismo, pode ser compreendido como um elo fundamental entre o livro-reportagem e as questões cotidianas relacionadas à efetivação dos direitos humanos. Como explorado nos capítulos teóricos deste trabalho, as investigações realizadas por repórteres têm o potencial de ampliar o alcance de uma violação, envolvendo organizações da sociedade civil, representantes de movimentos sociais, autoridades governamentais e a população em geral. A divulgação de uma matéria, reportagem ou, no contexto deste estudo, de um livro-reportagem, pode não apenas informar, mas também contribuir para a construção de uma cultura de direitos humanos no Brasil.

Decorrente disso, por meio da aplicação de métodos investigativos, da busca pela culpabilização dos responsáveis por violações ocorridas, do acompanhamento das vítimas e da construção de uma narrativa que delinea o contexto prévio e subsequente a um ato criminoso de impacto significativo em várias vidas, a obra "Banzeiro òkòtó" evidencia-se como uma representante da categoria de "livro-reportagem denúncia", conforme categorização proposta por Lima (2004).

Com propósito investigativo, esse tipo de livro apela para o clamor contra as injustiças, contra os desmandos dos governos, os abusos das entidades privadas ou as incorreções de segmentos da sociedade, focalizando casos marcados pelo escândalo (Lima, 2004, p. 57-58).

A principal violação denunciada pela jornalista é a desterritorialização das populações que habitavam as margens do Rio Xingu para a construção da usina de Belo Monte. Essa denúncia torna-se particularmente evidente em diversos trechos de sua obra e se dilata na apuração e na exposição de outras consequências e violências que envolvem a realocação dos povos para as periferias de Altamira.

Essa ideologia virou milhares de toneladas de aço, concreto e cimento no Xingu, um dos grandes rios da Floresta Amazônica. O nome que deram a essa monstruosidade humana é Belo Monte, porque há violência também no ato de nomear as coisas. Há gozo no sadismo de chamar a arma de destruição de “belo”. E assim, aqueles por ela esmagados resistiram também pela palavra ao renomear a carcereira do Xingu de Belo Monstro (Brum, 2021, p. 81).

O texto demonstra uma acumulada pesquisa e experiência da repórter na região amazônica, com ênfase especial em Altamira. Ao examinar sua obra, é perceptível a existência de um aprofundamento que abarca desde eventos significativos até aspectos da vida cotidiana da população local, com foco particular nos ribeirinhos.

Desde 2011, fiz de famílias ribeirinhas atingidas por Belo Monte meu principal projeto de investigação jornalística. No momento em que escrevo este livro, acompanho algumas delas há quase dez anos. Sua luta, seu sofrimento, sua resistência. Seus avanços e seus recuos, suas disputas e fraquezas. Nascimentos, doenças, mortes (Brum, 2021, p. 80).

Eliane Brum parte do estopim de Belo Monte para explorar não apenas o acontecimento primordial, com a construção da usina e o despejo das vítimas, mas também todo um sistema político e social que propiciou a ocorrência dessa significativa violação e sua impunidade contínua.

A relação entre o conservadorismo nos costumes e a exploração da Amazônia obedece a mesma lógica e serve ao mesmo projeto colonizador de corpos. Sem compreender essa relação política íntima não é possível compreender a brutal destruição da floresta (Brum, 2021, p. 42).

Diante desse cenário, a narrativa percorre um caminho temporal e político, iniciando no período ditatorial brasileiro, passando pelo governo de Dilma Rousseff, que inaugurou Belo Monte, e culminando no período de escrita do livro, sob o governo de Bolsonaro.

Para expulsá-los da floresta, a persistente parceria entre diferentes governos e elites predatórias do mundo branco precisa deflorestá-los, tornando-os pobres. Essa é a forma mais eficaz de arrancá-los das terras cobiçadas para especulação e produção de matérias-primas, de soja, de carne, de minérios. Com frequência está presente também o garimpo — não o de ouro apenas, mas também o das propinas, sempre constantes nas grandes obras. A corrupção é uma atividade extrativa altamente popular na Amazônia e nas relações entre os diferentes governos e o empresariado brasileiro. Destaque para as empreiteiras, mas não só elas, a cultura da propina é disseminada entre toda a iniciativa privada. Era na ditadura, seguiu sendo na democracia (Brum, 2021, p. 110).

Abordando não apenas críticas direcionadas aos governos de orientação política conservadora, mas, sim, responsabilizando todos os agentes envolvidos na violação sistemática dos refugiados de Belo Monte, Eliane não isenta os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido popular fundado com o apoio do povo. É digno de nota que o partido, ao inaugurar a usina hidroelétrica em 2016, foi diretamente implicado no processo, visto que a construção dela resultou no deslocamento forçado e sofrimento das famílias afetadas.

Belo Monte se erguia violando todas as leis e violando também os corpos dos mais frágeis, num governo do partido que haviam ajudado a fundar. As casas eram destruídas e incendiadas, a floresta queimava, os bichos morriam afogados, em convulsão. O mundo amazônico se transfigurava (Brum, 2021, p. 244).

No contexto da análise do governo de Jair Bolsonaro, frequentemente mencionado ao longo da obra, a autora examina criticamente suas declarações contrárias à Amazônia, especialmente aquelas que dizem respeito aos povos indígenas. Ao referir-se a Bolsonaro, ela também evoca lembranças do regime militar e dos discursos semelhantes proferidos pelos generais, os quais defendiam a ocupação e exploração da Amazônia.

Cinco décadas mais tarde, já no século 21, as ações e declarações de militares brasileiros mostram que seguem acreditando e tratando os

povos originários e as comunidades tradicionais da floresta como menos do que humanas. Em 2020, Jair Bolsonaro chegou a afirmar que “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós” (Brum, 2021, p. 28).

A partir da citação do ex-presidente, emergem inúmeros grupos de violadores de direitos humanos que o apoiam. O mais explorado na narrativa são os grileiros.

Na Amazônia, a grilagem se expandiu na ditadura empresarial-militar e atravessou os governos democráticos depois do fim do regime de exceção. Uma década depois da morte de João da Gaita, no momento em que escrevo este livro, a grilagem é base de apoio do governo Bolsonaro. Não encontra nenhuma resistência, exceto a dos corpos de lideranças dos povos-floresta e de camponeses agroecológicos [...] (Brum, 2021, p. 177).

A autora não só estrutura essa ligação do grupo com as políticas conservadoras de Bolsonaro, como também discorre sobre qual o modo de operação destes indivíduos e quais as consequências de seus atos criminosos.

Grileiros são pessoas que tomam ilegalmente, em geral pela força, milhares, às vezes milhões, de hectares de terra pública. Na Amazônia, para consolidar seu domínio, usam milícias formadas por pistoleiros para expulsar os povos-floresta — indígenas, beiradeiros e quilombolas. Nesse processo, povos-floresta são assassinados, dando ao Brasil, ano após ano, o pódio dos países onde mais morrem defensores do meio ambiente (Brum, 2021, p. 145-146).

Elaborando todos esses textos apresentados, a escritora aponta para as falhas sistêmicas e históricas na defesa dos povos da Amazônia e do próprio território, sendo essa não só uma responsabilidade de um único violador, mas sim de todo um acúmulo de descuido e distrato. Todo esse aprofundamento temporal e documental é possível graças aos recursos dos jornalismo literário e o formato de livro-reportagem.

O livro reportagem não necessita obrigatoriamente girar em torno da factualidade, do acontecimento. Pode vislumbrar um horizonte mais elevado penetrando na situação ou nas questões mais duradouras que compõem um terreno das linhas de força que determinam os acontecimentos (Lima, 2004, p. 85).

Ainda analisando o que se encontra possível de aprofundamento jornalístico vertical e horizontal quando se fala do formato livro-reportagem, uma das vertentes da denúncia construída pela autora se destrincha em uma das consequências mais

recentes que investigou envolvendo os jovens, que no período da realocação eram crianças. No trecho a seguir mostra-se os principais dados recolhidos que foram apresentados na obra.

Em janeiro de 2020, quase dez anos depois do início das obras, tornou-se evidente que algo singular e terrível estava acontecendo com adolescentes, que eram crianças quando o processo de transfiguração da cidade se iniciou. Os suicídios tornaram-se recorrentes e com caráter epidêmico. Em alguns momentos, várias tentativas numa mesma semana e até no mesmo dia. Uma parcela de adolescentes iniciava um processo de autoaniquilação. No final de abril, em apenas quatro meses, quinze pessoas haviam se suicidado. Nove delas eram crianças e adolescentes entre onze e dezenove anos. Em quatro meses de 2020, o número de suicídios já era igual ao de todo o ano de 2019 em Altamira. Os quinze suicídios em quatro meses, numa cidade de população estimada naquele momento em 115 mil habitantes, mostrava Altamira com quase o triplo da média brasileira anual de mortes autoinfligidas (Brum, 2021, p. 252).

Exibindo essa realidade tão despercebida, a obra mostra-se condizente com um contexto de jornalismo e direitos humanos, abordando a diversidade das fontes e das perspectivas dos diferentes grupos de pessoas atingidas pelo mesmo acontecimento. Além disso, o caráter de humanização e a escrita literária permanecem mesmo nas passagens que denunciam essa conjuntura.

É inevitável pensar na estética da morte, em que os laços rompidos pelo ecocídio produzido por Belo Monte são refeitos como laços no pescoço daqueles que se enforcaram. O laço que já não existe — o laço com outres, o laço com a comunidade, o laço com rio e floresta, o laço com a cultura, o laço com o viver — é literalizado ao redor do pescoço. Os adolescentes se enlaçaram para morrer (Brum, 2021, p. 275).

Todo detalhamento e minuciosidade presentes no texto não são meramente decorativos, mas desempenham múltiplos propósitos. Um dos aspectos cruciais, indicado pela autora, é o ato de registrar para preservar a memória. Seu objetivo é escrever para evitar o esquecimento dos atos desumanos praticados contra os povos da Amazônia, a fim de auxiliar a população geral e os atingidos a cobrarem os culpados e contribuírem para a efetivação da justiça devida. “Fazer memória e barrar apagamentos é uma das missões mais nobres do jornalismo que merece esse nome” (Brum, 2021, p. 140).

Ainda assim, apesar de toda a capacidade do livro-reportagem em alcançar múltiplas perspectivas envolvendo uma grande denúncia, a jornalista demonstra que o fim de seu livro não é o fim das consequências causadas por Belo Monte e que, provavelmente, outras produções jornalísticas e movimentos de defensores de direitos humanos terão de se debruçar futuramente sobre a questão, já que “Belo Monte, a barradora de vidas, violou e viola a cada dia mais a floresta e aqueles que são floresta” (Brum, 2021, p. 81).

Em conclusão, buscando-se encontrar nesta categoria de análise o elo principal entre o livro-reportagem e a valorização dos direitos humanos no Brasil, a pesquisa se torna satisfatória. Eliane indica e responsabiliza os violadores, acolhe e representa as vítimas, defende a construção de memória através do jornalismo e informa com grande aprofundamento e sensibilidade sobre os diversos espaços em que o chamado “Belo Monstro” passou e destruiu. Este engajamento efetivo da jornalista contribui significativamente para a conscientização e defesa dos princípios fundamentais dos direitos humanos, principalmente na região da Amazônia, que sofre com violações históricas.

5.4 Uso de discurso em primeira pessoa

Permanecendo nos conceitos postos por Lima (2004), busca-se alinhar o uso frequente do discurso em primeira pessoa de Eliane Brum com uma das classificações elaboradas pelo autor. Tal categorização, que explora além do formato do texto, estendendo-se para o envolvimento da jornalista com o tema, encaixa-se com o “livro-reportagem ensaio”.

Tem como forma a postura de ensaio, o que vale dizer, a presença muito evidenciada do autor e de suas opiniões sobre o tema, conduzida de forma a convencer o leitor a compartilhar do ponto de vista do autor. [...] O uso do foco narrativo na primeira pessoa é freqüente no decorrer do livro (Lima, 2004, p. 58).

Mais do que a denúncia, melhor ampliada na categoria anterior, a jornalista sentiu que precisava ir além de seu próprio trabalho, se colocando também como uma integrante da luta pela preservação daquele espaço. E é assim que Eliane Brum se

interliga em sua própria narrativa construída sobre a Amazônia, tanto na escrita, ao utilizar majoritariamente a primeira pessoa, tanto na vivência, tendo transformado completamente sua vida indo viver em Altamira, em meio as violações que costumava cobrir em suas reportagens.

Para mim, que viajava para a Amazônia como jornalista desde 1998 e acompanhava bem de perto a devoração de Belo Monte, o relatório me acordou para o fato de que não bastava denunciar a violência contra o Xingu. Era preciso me engajar no “esforço de guerra” (Brum, 2021, p. 127).

Tal movimentação também é assimilada com as posturas do *New New Journalism*, apresentado anteriormente nos capítulos teóricos deste trabalho. De acordo com Pena (2008), quanto mais os profissionais estivessem dentro do contexto de suas reportagens, mais o resultado de seus trabalhos seria satisfatório e aprofundado.

O novo jornalista novo se envolve até o talo com sua matéria e seus entrevistados. É o que os teóricos chamam de close-to-the-skin reporting, cuja tradução mais literal seria reportagem perto da pele. É preciso sentir os poros abertos, a trilha epidérmica, o cheiro de suor (Pena, 2008, p. 60).

Desta maneira, Eliane Brum não apenas reconhece a responsabilidade inerente ao seu trabalho como jornalista, mas transcende esse papel ao engajar-se ativamente na causa e participar de diversas frentes de luta. Impulsionada pela injustiça que testemunhou naquele contexto, viu-se motivada a agir, alterando sua vida cotidiana para enfrentar as violências que presenciava. Essa imersão mais profunda na realidade a leva a utilizar de maneira mais livre, o discurso em primeira pessoa para relatar experiências pessoais. Agora, não apenas uma observadora distante, ela compartilha a vivência direta dos danos ambientais e sociais, como quando revela que "outras vezes, toda eu sou envenenada pelo mercúrio que os garimpeiros jogam nas veias do rio e nas suas próprias" (Brum, 2021, p. 10).

Ao falar de seu primeiro passo nessa jornada de luta ativa, Eliane comenta sobre uma carta que construiu em conjunto com outras representações para dar visibilidade à urgência de medidas que protegessem a Amazônia e seus habitantes. Trazendo novamente a narrativa para seu próprio olhar, recupera o conceito de

jornalismo ativista, mas pressupõe que tal ação deveria ser de qualquer jornalista ou cidadão comum.

A carta e os gestos que se seguiram a ela foram minhas primeiras ações para além do jornalismo e da literatura. Alguns chamam isso de ativismo, dando a uma palavra tão generosa um sentido pejorativo. Me sinto honrada quando me chamam de ativista, porque me movo e tento me mover rápido, jamais sozinha e sempre em nome do comum. Mas eu prefiro chamar de responsabilidade coletiva (Brum, 2021, p. 136).

Bem como a jornalista se transpõe para a sua escrita a fim de relatar sua vivência intensa com suas pautas, esse método também se materializa para humanizar a temática. Mais além, também demonstra que mesmo tendo toda sua experiência como profissional, em meio aquele contexto acaba ainda encontrando dificuldades para relatar e transformar em texto determinadas experiências. Tal ocorrência é demonstrada quando escreve que “por todo o tempo me ardia entre os seios a certeza de que, por melhor que eu conseguisse escrever, seria incapaz de alcançar a dimensão do que vi — e vivi” (Brum, 2021, p. 154).

De modo inverso, sua experiência e sua sensibilidade também são suas maiores habilidades para conversar com as fontes, captando histórias mais reais e delicadas, dando a seus entrevistados o conforto para se deixarem ser subjetivos e contarem suas histórias. Nesses momentos, Eliane utiliza da escrita em primeira pessoa para detalhar seu processo como repórter, aproximando o leitor desses momentos práticos de apuração.

Assim percebo em minha experiência de escuta. Não é uma pesquisa realizada dentro dos critérios estatísticos. Nem acho que essas mulheres responderiam com sinceridade a questionários do gênero. O sinalizador aqui é a minha experiência de uma vida inteira dedicada à reportagem, que pode ajudar a apontar caminhos de investigação e análise. O que escutei é que a violência sexual não é uma exceção na vida das mulheres (Brum, 2021, p. 59).

Além de descrever o processo de acolhimento dessas pessoas, a autora revela suas próprias reações diante das palavras que escutou. Ela incorpora relatos pessoais que se entrelaçam com sua reportagem, buscando assim ilustrar de maneira mais vívida e proporcionar exemplos mais tangíveis. Essa abordagem visa permitir que o

leitor experiencie de alguma forma as emoções que a jornalista vivenciou por meio das entrevistas realizadas.

Empalada pela voz de João, doí inteira escutando-o dizer, em pé, no meio da sala da casa que não reconhecia, com os olhos em que eu vejo azul e Raimunda verde congelados no horror de uma imagem que apenas ele enxergava: “Só vejo escuridão. O buraco... o buraco da minha vida”. João sofria de excesso de lucidez. Eu mesma só descobri o excesso de lucidez quando perdi meu pai, a primeira pessoa fundante da minha vida a morrer. (Brum, 2021, p. 120)

Ao dar razão para a exposição de sua vida pessoal em cruzamento com a situação de João, que ainda se espalha por mais algumas páginas da obra, complementa: “conto esse episódio por ser minha referência mais próxima ao que escutei na voz e nos gestos, mais do que nas palavras de João, aquele homem em pé, destruído mas em pé, no meio daquela sala” (Brum, 2021, p. 121).

Outro aspecto fundamental desta obra é o descompromisso com a imparcialidade, para poder, assim, utilizar a linguagem em primeira pessoa. O conceito total da imparcialidade, tratado anteriormente neste trabalho como um mito do jornalismo, se põe quebrada desde o prelúdio do livro-reportagem, quando a conexão de autora e temática não pode ser desvinculada, já que atualmente ela vive para a causa que cobre. Além disso, Eliane deixa diversos comentários ao longo de seu texto sobre como não pode relatar a vida de outro sem que isso a impacte de alguma maneira e gere um novo significado para o que ouviu.

É a narrativa de outre, a experiência de outre, as palavras de outre depois de atravessar o meu corpo. Mas o meu corpo não é um vazio absoluto pelo qual a narrativa de outre passa sem ser alterada pela experiência de passar por mim (Brum, 2021, p. 60).

Esse contexto também está inteiramente ligado com o quanto ela mesmo é estranhada por quem entrevista e, para representar a realidade daquele encontro, é visto necessário compartilhar situações que vão além das palavras ditas, ampliando-se para as não ditas.

Se me coloco ao lado dos indígenas, porém, entendo que só isso não é suficiente para me absolver da condição de napë, inimiga. É também nessa ambivalência que o banzeiro me joga. Assumi-la é a única condição

possível para escrever um livro como este, uma narrativa na qual busco experimentar outras peles mas, ao final, apesar de todos os meus esforços, só me resta a minha própria [...] (Brum, 2021, p. 19).

Portanto, retoma-se a visão da autora de que, para ela, a narrativa perderia sua essência se não transmitisse ao leitor suas próprias emoções. Assim como o leitor emana sentimentos ao consumir um material, influenciando seu grau de envolvimento com a obra, esse processo também afeta profundamente a escritora, especialmente quando se trata da Amazônia.

A Amazônia só poderia ser alcançada na leitura como uma experiência dos sentidos. As amarras da gramática da língua chamada portuguesa, mas muito menos portuguesa agora, só poderiam ser vencidas se ela fosse transgredida com persistência. Eu estava descolonizando meu jornalismo também na escrita, além do olhar (Brum, 2021, p. 189-190).

No entanto, ao reconhecer seu envolvimento na obra, ela enfatiza a crucial singularidade presente nos relatos dos personagens, ressaltando a importância de preservar a autenticidade das entrevistas. Característica ao envolver o literário ao jornalismo, este empenho está em procurar receber e contar, da forma mais ética e digna possível, a experiência de outro alguém.

Cabe explicar o que considero escuta, na minha opinião a principal ferramenta de um jornalista. Antes de alcançar uma outra pessoa, busco me esvaziar de mim — minha visão de mundo, minhas crenças, meus preconceitos. É óbvio que esse esvaziamento não é completo, porque é impossível abandonar um corpo cultural inteiro. Mas o movimento é fundamental (Brum, 2021, p. 60).

Mediante o exposto, o uso da narração em primeira pessoa é um recurso do jornalismo literário utilizado constantemente na obra “Banzeiro òkòtó”, que além de praticado é também justificado pela própria autora ao longo do livro. Ao optar por esse formato de escrita em múltiplas partes de seu trabalho, Eliane compartilha suas percepções de ambiente, a rotina jornalística de sua apuração, seus sentimentos diante dos entrevistados e sua própria movimentação para além do jornalismo, na luta por direitos humanos dentro da Amazônia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autora desta monografia conclui que, ao analisar o livro-reportagem "Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo" de Eliane Brum, alcançou os objetivos iniciais ao entender o formato livro-reportagem como uma ferramenta poderosa na distribuição e divulgação de questões dos direitos humanos, sempre prezando por sua defesa e valorização. Além disso, a costura histórica entre o jornalismo, o formato livro-reportagem e os direitos humanos, principalmente em contexto nacional, permanece potente e com vastas possibilidades de aprimoramento.

As fundamentações teóricas foram indispensáveis para a construção desta pesquisa e o entendimento dos conceitos empregados. O primeiro capítulo, através de Kotscho (2003), Abramo (2008), Serrano (2013), Liesen (2020) e demais autores consultados, elucidou a proximidade dos discursos de ética jornalística com as convenções de direitos humanos nacionais e internacionais. Para mais, apresentou uma linha temporal que parte desde o período da ditadura civil-militar no Brasil e que, com grande intensidade, transformou jornalistas em um grupo de resistência às violações de direitos humanos e à censura, atos que perduram até os dias atuais.

Conectando com o formato livro-reportagem, ao consultar obras como as de Lima (2004), Pena (2008), Guirado (2004) e Belo (2006), foi visto que esse tipo de publicação foi utilizado como forma de burlar essa mesma censura e poder distribuir mais amplamente violências reais, utilizando a informação do jornalismo complementada com a escrita literária, capaz de sensibilizar o público para o acontecimento. As características presentes no jornalismo literário, como o cuidado na seleção de fontes, o exercício da escuta ativa dos entrevistados, a abordagem humanizada tanto na prática da apuração como no texto e a maneira de contar as histórias dos personagens pela narrativa aprofundada, mostraram-se complementares à ideia de denúncia, registro da memória e comoção pública para que seja cobrada a justiça, elementos da luta pela defesa da democracia dos direitos humanos.

A metodologia empregada, fundamentada na Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016), revelou-se apropriada para abordar a obra, permitindo uma compreensão aprofundada das técnicas presentes no jornalismo literário e cruzando com as classificações postas por Lima (2004) para livros-reportagem, como a

utilização de personagens, as investigações que culminaram em denúncias na narrativa e o discurso ativo da jornalista ao protestar diante das injustiças documentadas. A pesquisa bibliográfica contribuiu significativamente e estruturou todo o processo da análise para a compreensão da interconexão entre jornalismo e direitos humanos, bem como para a contextualização do livro-reportagem enquanto provedor de humanização, aprofundamento e investigação.

Partindo para os resultados da análise das categorizações estruturadas para esta monografia, ao se relacionar com os personagens, Eliane traz os conceitos de envolvimento com o público mais poderosos elaborados nos capítulos teóricos. Montando o quebra-cabeça do personagem principal que é a Amazônia, outras fontes são utilizadas sempre valorizando a diversidade das vozes e as vítimas diretamente atingidas, com a abordagem humanizada partida da escritora.

A avaliação da categoria “denúncia” no livro-reportagem, mostrou o engajamento ativo da jornalista que desempenha um papel significativo na conscientização e promoção dos princípios fundamentais dos direitos humanos, especialmente quando se foca na denúncia da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. É documentado todas as entrevistas, protestos da jornalista e exposições dos dados e investigações que abrangem as múltiplas consequências da construção de Belo Monte.

Quanto à análise do uso da primeira pessoa na obra, tal recurso mostrou-se uma prática recorrente na composição do livro “Banzeiro òkòtó”. Aparece de forma constante, mas também fundamentado pela própria autora ao longo da obra, revela-se como uma escolha justificada e recorrente, que abre espaço para a imaginação do leitor, que se pode colocar no mesmo lugar da repórter, escutando os relatos das vítimas.

Dessa forma, “Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo” não apenas cumpre as expectativas propostas através da elaboração das categorias para análise de conteúdo, mas vai além ao estabelecer uma conexão mais profunda com os direitos humanos, contextualizando as denúncias em uma narrativa ampla e engajada. A obra não apenas informa, mas instiga reflexões sobre a preservação da Amazônia e a importância de defender os direitos humanos em um contexto desafiador.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ANTONELLI, Diego. **Jornalismo, direitos humanos e meio ambiente**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web>. Acesso em: 03 nov. 2023.

COSSON, Rildo. Romance-reportagem: o império contaminado. *In*: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. Cap. 6. p. 57-70.

ELIANE BRUM DESACONTECIMENTOS. **TRAJETÓRIA**. [s.l.], [2023]. Disponível em: <http://elianebrum.com/biografia/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

EVELYN, Vanessa. Prêmio Vladimir Herzog: história, importância e organização. **Jornal do Campus USP**, São Paulo, 26 set. 2020. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/premio-vladimir-herzog-historia-importancia-e-organizacao/>. Acesso em: 15 out. 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. 2014. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 10 out. 2023

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014. Disponível em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24., 2011, Recife.

Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/r6-2440-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **PRÊMIO JORNALÍSTICO VLADIMIR HERZOG.** São Paulo, [2022]. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/premio-jornalistico-vladimir-herzog/>. Acesso em: 16 out. 2023.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem.** 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo, saúde e cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 181-186, fev. 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832000000100025>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/m7pS6zC8f5h9Lv4TrB9qVYf/#>. Acesso em: 09 out. 2023.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos:** elementos para um jornalismo responsável. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out. 2023.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista:** um diálogo possível. São Paulo: Ática, 2002

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, [s. l.], 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em: 2 out 2023.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário.** São Paulo: Contexto, 2008.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder:** da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 2. p. 53-70.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto; MENEZES, Gleilson Medins; LOPES, Rafael de Figueiredo. JORNALISMO E PROCESSOS SOCIOCULTURAIS NA AMAZÔNIA: RESSONÂNCIAS IDEOLÓGICAS NA COBERTURA AMBIENTAL. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 19–47, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/5029>. Acesso em: 10 out. 2023.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. *In*: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 3. p. 71-82.

SOUZA, Luiza Gould de. **A 'arte de sujar os sapatos' com a pauta social**: grande reportagem e o cotidiano dos indivíduos extraordinários. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13504/DISSERTA%20EFINITIVA%20LUIZA%20GOULD%20DE%20SOUZA_PPGMC%20UFF.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 out. 2023.

TRINDADE, Alice; INÁCIO, Rita. Jornalismo literário, direitos humanos e integração: um caso português. **Cuadernos.Info**, [S.L.], n. 40, p. 235-249, 14 jun. 2017. Pontificia Universidad Catolica de Chile. <http://dx.doi.org/10.7764/cdi.40.814>. Disponível em: <http://cuadernos.info/index.php/cdi/article/view/24451/19769>. Acesso em: 10 out.2023.